

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAROLINA RISTOW KOHLER

**OS IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO ECONÔMICO CHINÊS NA
INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS NO SÉCULO XXI**

Florianópolis

2022

CAROLINA RISTOW KOHLER

**OS IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO ECONÔMICO CHINÊS NA
INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS NO SÉCULO XXI**

Monografia submetida ao Curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kohler, Carolina Ristow

Os impactos do rebalanceamento econômico chinês na
inserção externa do país no século XXI / Carolina Ristow
Kohler; orientador, Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, 2022.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. I., Patrícia Fonseca
Ferreira Arienti. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

CAROLINA RISTOW KOHLER

**OS IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO ECONÔMICO CHINÊS NA
INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS NO SÉCULO XXI**

Florianópolis, 07 de março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti – Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Liana Bohn
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Desiree Almeida Pires
Universidade Estadual de Campinas

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Orientadora

Florianópolis, 2022

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que contribuíram para a minha caminhada e àqueles que se dedicam a fazer deste mundo um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a todas e todos aqueles que fazem parte da minha vida e contribuíram desde sempre para minha formação, seja com palavras de incentivo, ensinamentos, oportunidades, livros e viagens. Em especial, agradeço imensamente minha família, que me apoiou e me deu forças sempre que precisei, principalmente durante a elaboração deste trabalho. Obrigada aos meus queridos pais, Karina e Rubens, pelo amor incondicional e por colocarem nossa educação, saúde e bem-estar em primeiro lugar. Obrigada às minhas amadas irmãs, Ana Eliza e Lara, pela parceria e pelos momentos de descontração. Aos meus avós, Evelina (*in memoriam*), Lelita, Paulo (*in memoriam*), e Nieberto (*in memoriam*), obrigada por construírem nossa família com base no amor, segurança, união e harmonia; sei que estão nos protegendo e iluminando nossos caminhos, não importa onde estiverem.

Agradeço também ao Paulo, por compartilhar a vida comigo e por sempre demonstrar total apoio e confiança em mim. Um obrigada de coração para as amigas fizeram minha vivência universitária ser ainda mais especial e divertida. Júlia, Rafaela, Beatriz, Kimberly, Aline e Maha, agradeço a vocês por todos os resumos, risadas, jantares, cafés, alegrias, angústias e aprendizados compartilhados. Aos colegas de turma, agradeço pela companhia nestes 4 anos e deixo meus sinceros votos de sucesso.

Durante a faculdade, ter acesso a iniciativas incríveis como a Ação Júnior e Ampliar Cultura foi essencial para complementar e enriquecer minha formação acadêmica. Sou muito grata à Universidade pelas infinitas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Um forte obrigada a todos que se dedicam a preservar este espaço e garantir nosso direito a um ensino público, gratuito e de qualidade. Agradeço a todas as professoras e professores do departamento de Economia e Relações Internacionais, em especial à Professora Patrícia, pela orientação e apoio neste trabalho. Foi uma honra aprender com vocês! O empenho e responsabilidade de cada um foi fundamental para minha formação como internacionalista.

“O modelo até então vigente implicou numa China significativamente aberta para o mundo, resultando numa grande e multifacetada interdependência. Agora que a China inicia um processo de aprofundamento de sua transição econômica, o mundo inteiro estará nele implicado” (NOGUEIRA, 2020).

“O caso chinês é sintomático da capacidade de formulação de políticas nacionais adequadas às mudanças sistêmicas, demonstrando a possibilidade de superação das vulnerabilidades domésticas e internacionais” (PAUTASSO, 2019).

RESUMO

A China tem estabelecido uma projeção internacional cada vez mais influente, notadamente na esfera econômica. De 1978 em diante, o país engajou-se em uma série de reformas de modo a alcançar patamares crescentes de prosperidade e modernização. Após sua abertura ao exterior, o gigante asiático consolidou seu status de superpotência comercial e ampliou sua integração com a economia mundial. Em contrapartida, a crise financeira de 2008 aprofundou a necessidade de corrigir desequilíbrios estruturais e equalizar os vetores do crescimento chinês. O objetivo geral desta monografia é explicar quais os impactos do rebalanceamento econômico chinês na inserção externa do país no século XXI. Com base na Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein e no conceito de Cadeias Globais de Valor, delineou-se o caráter globalizado assumido pela economia-mundo capitalista contemporânea. O estudo acerca da transição econômica da China demonstrou que, no âmbito do comércio exterior, cresce a demanda chinesa por commodities, sobretudo as agrícolas, ao mesmo tempo em que o país reforça seu posicionamento como global player no setor tecnológico. Em termos de Investimento Direto Externo, a China amplia seus investimentos em infraestrutura e indústrias, sobretudo no entorno asiático, além de promover a expansão global de suas empresas.

Palavras-chave: China; Sistema-Mundo; Rebalanceamento; Comércio Exterior; Investimento Direto Externo; 4ª Revolução Industrial; Nova Rota da Seda.

ABSTRACT

China has established an increasingly influential international projection, noticeably in the economic area. From 1978 onwards, the country engaged in a series of reforms in order to achieve increasing levels of prosperity and modernization. After its opening up, the Asian giant consolidated its status as a commercial superpower and expanded its integration with the world economy. By contrast, the 2008 financial crisis deepened the need to correct structural imbalances and equalize the vectors of Chinese growth. The overall objective of this essay is to explain the impacts of Chinese economic rebalancing on the country's external insertion in the 21st century. Based on Wallerstein's World System Theory and the concept of Global Value Chains, the globalized character assumed by the contemporary capitalist world-economy was outlined. The study on China's economic transition showed that, in the context of foreign trade, Chinese demand for commodities, especially agricultural commodities, is growing, while the country reinforces its position as a global player in the technology sector. In terms of Foreign Direct Investment, China expands its investments in infrastructure and industries, especially in the Asian environment, in addition to promoting the global expansion of its companies.

Keywords: China; World System; Rebalancing; Foreign Trade; Foreign Direct Investment; 4th Industrial Revolution; New Silk Road.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos definidores da DIT no sistema-mundo.....	11
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume do comércio exterior chinês e a taxa de câmbio, 1978-2010	40
Gráfico 2 – Contribuição ao crescimento do PIB chinês (em pontos percentuais), 1978-2019	45
Gráfico 3 – Participação da poupança e do investimento no PIB chinês (em porcentagem), 1982-2007	46
Gráfico 4 – Contribuição ao crescimento do PIB chinês por setor (em pontos percentuais), 1978-2019	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALC – Acordo de Livre Comércio
- ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
- BRI – Belt and Road Initiative
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CGV – Cadeias Globais de Valor
- C&T – Ciência & Tecnologia
- CW – Consenso de Washington
- DIT – Divisão Internacional do Trabalho
- EMN – Empresa multinacional
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FOCAC – Fórum da Cooperação China-África
- GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
- IDE – Investimento Direto Externo
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSC – Órgão de Solução de Controvérsias
- PCC – Partido Comunista Chinês
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- PIB – Produto Interno Bruto
- TSM – Teoria do Sistema-Mundo
- TVE – Town and Village Enterprises
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
- WTO – World Trade Organization
- ZEE – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO MUNDIAL GLOBALIZADO	10
2.1 A TEORIA DO SISTEMA MUNDO E AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA	10
2.2 FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA E GLOBALIZAÇÃO: MARCAS DO CAPITALISMO ATUAL	13
2.3 A GLOBALIZAÇÃO IDEOLÓGICA E A BIFURCAÇÃO NA TRAJETÓRIA DAS ECONOMIAS LATINAS E ASIÁTICAS	18
3 AS REFORMAS DE 1978 E A INTEGRAÇÃO DA CHINA À ECONOMIA MUNDIAL.....	22
3.1 MEDIDAS INICIAIS: MODERNIZAÇÃO E ABERTURA GRADUAL AO EXTERIOR.....	22
3.2 ANOS 1990: O IMPULSO AO COMÉRCIO EXTERIOR E AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO.....	28
3.3 ANOS 2000: O INGRESSO NA OMC E ASCENSÃO COMO POTÊNCIA COMERCIAL	32
4 O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS	37
4.1 A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E OS DESEQUILÍBRIOS NA ECONOMIA CHINESA	37
4.2 O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA NA ATUALIDADE	42
4.2.1 Consumo doméstico.....	44
4.2.2 Setor terciário	47
4.2.3 Tecnologia e inovação	48
4.3 IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO ECONÔMICO NA INSERÇÃO EXTERNA CHINESA.....	50
4.3.1 Demanda por commodities agrícolas, energéticas e minerais.....	51
4.3.2 Posicionamento como <i>global player</i> no setor tecnológico.....	55
4.3.3 A expansão dos IDEs e a internacionalização das firmas chinesas.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A China tem conquistado cada vez mais um espaço de influência no cenário internacional. Desde as reformas econômicas de 1978, que viabilizaram a abertura de sua economia ao mundo, o país foi ampliando seus fluxos comerciais e de investimento para novos mercados, tendo o respaldo de parcerias estratégicas em fóruns bilaterais e multilaterais. Em 2003, a China detinha uma participação de 5,9% nas exportações mundiais de mercadorias; após um salto expressivo, este percentual subiu para 13,6% em 2019 (WTO, 2020). De 2009 em diante, superou os Estados Unidos e tornou-se a maior nação exportadora do globo. Desde 2010, a China consolidou sua posição como segunda maior economia mundial e, desde 2017, figura como primeira colocada em termos de Paridade de Poder de Compra (BANCO MUNDIAL, 2021).

Tendo em vista sua crescente projeção internacional, evidenciada sobretudo pela ascensão à superpotência comercial, a China afirma-se como um ator relevante para as relações internacionais, capaz de contestar a primazia estadunidense e reconfigurar a ordem global vigente (CINTRA; PINTO, 2017). Considerando todos estes fatores em conjunto, já se discute no âmbito político e acadêmico sobre a ascensão chinesa ao status de potência hegemônica nos próximos anos, desbancando a atual liderança dos Estados Unidos. Embora a política externa chinesa não demonstre a pretensão de estabelecer relações de conflito com Washington, na visão de Scherer (2015),

[...] não será possível eludir o aumento das tensões sino-americanas na medida em que a China busque avançar rapidamente na integração entre comércio, investimento e finanças; nas áreas de ponta tecnológica em energia e infraestrutura; nas questões relacionadas ao aquecimento global e na internacionalização do uso de sua divisa. Trata-se em realidade da busca de afirmação de uma potência concorrente na disputa pela hegemonia na economia e na política mundial (SCHERER, 2015, p. 45).

A crise financeira de 2008, cujo epicentro foi os Estados Unidos, afetou significativamente os índices econômicos do país e das demais economias centrais, sobretudo as europeias. Mediante a lenta e gradual recuperação dos países do centro, o gigante asiático sustentou taxas elevadas de crescimento nos anos posteriores à crise: entre 2008 e 2012, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 9,3% (DAMAS, 2014). Apesar disso, os efeitos adversos da crise impulsionaram a necessidade do rebalanceamento chinês, visto que a redução na demanda internacional gerou uma capacidade ociosa da produção chinesa (DAMAS, 2014; HIRATUKA, 2018).

A relativa estagnação da economia mundial implica na desaceleração da economia chinesa para níveis moderados, em torno de 6 a 7% ao ano. A fim de corrigir desequilíbrios estruturais e garantir um crescimento sustentável a longo prazo, o planejamento chinês tem como meta a transição para um crescimento pautado mais pelo consumo interno e menos pelo investimento estatal e exportações (HIRATUKA, 2018). Além disso, cresceram os estímulos ao setor terciário e à área de tecnologia e inovação, a partir da ampliação de investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), no intuito de impulsionar as marcas domésticas frente à concorrência internacional.

A partir deste cenário, o objetivo geral do trabalho é explicar quais os impactos do rebalanceamento econômico chinês na inserção externa do país no século XXI. Para alcançar tal objetivo, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: contextualizar o cenário mundial globalizado; apresentar o processo reformista chinês a partir de 1978 e a abertura gradual e, por fim, analisar a fase atual de rebalanceamento econômico chinês e seus impactos na inserção externa do país.

A pesquisa caracteriza-se pela natureza básica de caráter exploratório, visto que pretende aproximar-se da problemática definida, de modo a desenvolver um entendimento mais claro e gerar interpretações sobre esta (GIL, 2002). Quanto aos procedimentos metodológicos, serão empregadas as pesquisas bibliográfica e documental. A abordagem inclui elementos qualitativos e quantitativos, uma vez que alia a interpretação de estudos teóricos sobre o fenômeno em questão a dados empíricos sobre a economia chinesa, enriquecendo o levantamento de informações (FONSECA, 2002; ZANELLA, 2013).

A fim de compreender a trajetória econômica do país oriental desde as reformas de Deng Xiaoping em 1978, o movimento recente de rebalanceamento econômico e a inserção externa chinesa, será realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito dos assuntos. Em paralelo, o trabalho conta com uma análise documental acerca de dados macroeconômicos referentes à China. Para tal, serão utilizadas fontes secundárias, como as bases de dados do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI); os relatórios oficiais do governo chinês (*China Statistical Yearbooks*); relatórios como *World Investment Report 2020* e *World Trade Statistical Review 2020*, além de estudos anteriores voltados ao tema.

O aporte teórico do trabalho será pautado nos estudos da Geografia Econômica Internacional e seus principais expoentes. Nesse sentido, serão empregados os conceitos da Teoria do Sistema-Mundo (TSM), elaborada por Wallerstein (2004), e de Cadeias Globais de Valor (CGV), sob a perspectiva de Sturgeon (2011); as contribuições de Chesnais (1996, 2000)

sobre a mundialização do capital e as discussões sobre a relação centro-periferia nos âmbitos comercial e financeiro, trazidas por autores como Lipietz (1988) e Arrighi (2007).

Reconhecendo a posição central da China, vista sua crescente relevância no cenário internacional e capacidade de determinar a dinâmica econômica global, é fundamental discutir de qual forma a reconfiguração interna de sua economia se apresenta e quais são seus reflexos na inserção internacional deste país. Segundo Pautasso (2019), o campo de Relações Internacionais ainda carece de estudos aprofundados sobre a interligação entre as dinâmicas domésticas em prol do desenvolvimento nacional e a inserção externa dos países.

Mesmo que seja imperativo reconhecer as profundas mudanças sistêmicas ocorridas desde o final do século XX, continua impossível dissociar desenvolvimento e poder nacionais. Deve-se reconhecer [...] o entrelaçamento entre as dimensões interna e internacional, dado que a capacidade do Estado e o dinamismo econômico são pré-condições para a atuação dos países em âmbito mundial – embora pareça insuficientemente abordado no âmbito da Relações Internacionais (PAUTASSO, 2019, p. 183).

Somado a isso, Conti e Blikstad (2018) apontam para a necessidade de estudar o “efeito China”, sobretudo nos países que mantêm laços estreitos de comércio, cooperação e investimento com a potência asiática. Mesmo com os vastos estudos acadêmicos dedicados ao gigante asiático, bem como a atenção que este país recebe de agentes do meio político, econômico e social, Hiratuka (2018) aponta para a importância da atualização destas análises, pois a constante transformação da potência oriental revela novos desafios e oportunidades. Atento à fase de rebalanceamento pela qual a economia chinesa atravessa, o presente trabalho pretende avançar no tema dando ênfase às implicações das alterações na economia doméstica na inserção externa chinesa no século XXI, reunindo informações sobre o perfil de comércio exterior e Investimento Direto Externo (IDE) do país.

Além da introdução e das considerações finais, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos, que correspondem aos objetivos específicos elencados anteriormente. O primeiro capítulo será dedicado à contextualização do cenário mundial globalizado. Com intuito de situar o leitor a respeito das principais teorias e conceitos utilizados para a construção da pesquisa, esta parte contém a discussão acerca da TSM e as relações centro-periferia. A configuração atual do capitalismo é descrita a partir dos conceitos de financeirização da riqueza, globalização e Cadeias Globais de Valor, contemplando as interpretações de autores como Lipietz (1988), Chesnais (1996, 2000), Sturgeon (2011) e Arrighi (2007).

O segundo capítulo será voltado para a apresentação do processo reformista chinês a partir de 1978 e a abertura gradual ao exterior promovida pelo país. As seções deste capítulo

estão estruturadas de forma cronológica, com intuito de apresentar a evolução das reformas implementadas na economia chinesa, bem como suas implicações para a inserção externa do país. Deste modo, são apresentadas as medidas iniciais de modernização e abertura gradual ao exterior, características dos anos 1980; o impulso ao comércio exterior e ao investimento estrangeiro na década de 1990 e, por último, o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) e ascensão como superpotência comercial ocorridos nos anos 2000.

O terceiro capítulo tem como foco analisar a fase atual de rebalanceamento econômico chinês e seus impactos na inserção externa do país, de forma a cumprir com o último objetivo específico e concluir o objetivo geral da pesquisa. Para tal, a primeira seção aborda a crise financeira de 2008 e os desequilíbrios na economia chinesa. Em seguida, discute-se o rebalanceamento da economia chinesa na atualidade e seus principais indicadores: o consumo doméstico, o setor terciário e a tecnologia e inovação. Por fim, os impactos do rebalanceamento econômico na inserção externa chinesa serão evidenciados a partir de 3 movimentos centrais: a demanda por commodities agrícolas, energéticas e minerais; o posicionamento como *global player* no setor tecnológico e, por último, a expansão dos IDEs e a internacionalização das firmas chinesas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO MUNDIAL GLOBALIZADO

Antes de avaliar a estruturação econômica e a inserção externa chinesa, é importante compreender que o projeto de crescimento deste país está sujeito às transformações do capitalismo e ao contexto internacional por ele delimitado. Além disso, a inserção externa da nação asiática tem como “pano de fundo” um processo mais amplo, em que o comércio exterior e as decisões de investimento estrangeiro estão ligadas ao fenômeno da globalização, marca da economia global capitalista vigente.

Nesta seção, serão desenvolvidos três tópicos principais que fundamentam a discussão proposta pelo trabalho. O primeiro refere-se às relações entre centro e periferia, pautadas na Teoria do Sistema-Mundo introduzida por Immanuel Wallerstein. Em seguida, serão abordadas a globalização e a financeirização da riqueza, processos em que as relações econômicas internacionais estão circunscritas na atualidade. Por fim, com base no conceito de globalização ideológica segundo Arrighi (2007), será feita uma breve comparação entre as trajetórias de desenvolvimento das nações do Leste Asiático e América Latina a partir dos anos 1970, auge do neoliberalismo. Tais reflexões são relevantes para compreender a posição hierárquica da China na era atual do capitalismo, além de explicar o contexto globalizado em que a potência asiática promove sua inserção externa.

2.1 A TEORIA DO SISTEMA MUNDO E AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA

A interpretação dos impactos do rebalanceamento econômico chinês na inserção externa do país no século XXI, objetivo geral do trabalho, será fundamentada na ferramenta analítica elaborada por Immanuel Wallerstein: a Teoria do Sistema-Mundo. As reflexões trazidas por outros autores a partir desta teoria também são essenciais para cumprir o objetivo proposto. Outro aporte teórico significativo para a análise são as Cadeias Globais de Valor, a ser explicitado adiante.

Wallerstein (2004) propõe os sistemas-mundo como categoria de análise, em oposição aos estudos que segmentam os fenômenos políticos, econômicos, culturais, etc. O sistema-mundo se configura a nível espacial, abrangendo a totalidade planetária, e a nível temporal, originando-se a partir do século XVI. Esta categoria compreende uma estrutura que vai além dos Estados nacionais. Além destes e do sistema interestatal, as instituições que compõem o sistema-mundo conforme Wallerstein (2004) são os mercados, as firmas produtivas, as

*households*¹, as classes e grupos identitários². Em conjunto, elas formam uma “matriz que permite que o sistema opere, ao mesmo tempo em que estimula tanto os conflitos quanto as contradições que permeiam o sistema” (WALLERSTEIN, 2004, p. 24, tradução nossa).

No sistema-mundo, está inserida a economia-mundo, definida como uma “grande zona geográfica que contém a divisão do trabalho e, por consequência, trocas internas significativas de bens básicos ou essenciais, além de fluxos de trabalho e capital” (WALLERSTEIN, 2004, p. 23, tradução nossa). A economia-mundo comporta várias unidades políticas distintas, o que confere um caráter multicultural a ela, apesar de existirem certos padrões culturais compartilhados entre as unidades.

O principal elemento que unifica as unidades políticas em uma economia-mundo e delimita seu contorno geográfico é a divisão do trabalho. A divisão do trabalho postulada por Wallerstein (2004, p. 28, tradução nossa) elenca três categorias a partir do “grau de lucratividade de seus processos produtivos”, sendo elas o centro, a semiperiferia e a periferia. A classificação dos países depende de fatores políticos, econômicos e culturais, não sendo, portanto, fixa; um Estado pode assumir uma posição hierárquica mais ou menos elevada conforme desenvolve cada aspecto (MARTINS, 2015).

Quadro 1 - Aspectos definidores da DIT no sistema-mundo

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semi-periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: Martins, 2015, p. 100.

¹ Na definição de Wallerstein (2004, p. 32, tradução nossa): “uma *household* típica consiste em 3 a 10 pessoas que, durante um longo período (por mais ou menos 30 anos), agrupam múltiplas fontes de rendimento com intuito de sobreviver coletivamente”. Não necessariamente os laços que conformam uma *household* são familiares.

² Grupos identitários (ou grupos de *status*) são “os numerosos ‘povos’ dos quais todos somos membros: nações, raças, grupos étnicos, comunidades religiosas, mas também gêneros e categorias de orientação sexual” (WALLERSTEIN, 2004, p. 36, tradução nossa).

Considerado o aspecto econômico, Arend (2013) enfatiza a inserção dos países nas cadeias de mercadorias, que vai de acordo com o grau de tecnologia dos produtos nacionais. A lógica da estruturação econômica mundial a partir de cadeias de produção será útil para compreender a teoria das CGV, a ser explorada mais adiante.

Estados-nação podem mudar de classificação, se, nas várias cadeias de mercadorias em que participam, concentrarem mais atividades centrais do que periféricas. Com isso, apesar da pressuposição de que a estrutura hierarquizada do sistema mundial seja estável no longo prazo, assume-se a possibilidade de que, individualmente, um Estado possa mudar sua posição relativa no comando da riqueza mundial (ARENDA, 2013, p. 137).

Retomando a teoria de Wallerstein (2004), os processos produtivos característicos do Centro são marcados por sua maior lucratividade, decorrente da predominância dos “quase-monopólios”. Os Estados que abarcam estes processos são definidos por Wallerstein (2004) como politicamente mais fortes que dos níveis periférico e semiperiférico³. Por outro lado, a periferia é marcada pela maior competitividade dos bens produzidos, cuja produção se distribui por locais diversos, ao contrário do centro, em que poucos países concentram a maioria dos processos produtivos. Na semiperiferia, coexistem os processos característicos do centro e da periferia. Além disso, Estados semiperiféricos competem entre si de forma mais intensa, pois são “[...] ávidos recipientes da realocação de produtos anteriormente líderes, o que eles definem atualmente como o alcance do desenvolvimento econômico” (WALLERSTEIN, 2004, p. 29, tradução nossa).

A economia-mundo capitalista é construída a partir de mecanismos estruturais e práticas cuja finalidade prioritária é a incessante acumulação de capital. Nesse sentido, a eficácia da divisão do trabalho está relacionada à capacidade do sistema capitalista em expandir a riqueza. A apropriação desta, todavia, é necessariamente desigual em um sistema capitalista. Isto implica que a distribuição do excedente de produção através das trocas comerciais favorece a categoria do centro em detrimento das demais, formando uma relação de hierarquia em termos de concentração do lucro.

Quando a troca ocorre, produtos competitivos estão em uma posição frágil e produtos de quase-monopólio estão em uma posição forte. Como resultado, há um constante fluxo de mais-valia de produtores de produtos periféricos para produtores de produtos

³ Wallerstein (2004, p. 26, tradução nossa) atribui importância à força política do Estado, isto é, sua capacidade de intervir na economia, devido à seguinte constatação: “as modalidades pelas quais Estados interferem no mercado virtual são tão extensivas que elas constituem um fator fundamental na determinação de preços e lucros. Sem tais interferências, o sistema capitalista não poderia crescer e, portanto, não poderia sobreviver”. Ademais, um Estado forte, através de medidas protecionistas, criação de sistemas de patentes, entre outras ações, é capaz de reproduzir quase-monopólios, cujos processos são marcados pela maior lucratividade em razão da capacidade desta formação em estabelecer maiores margens de lucro.

característicos do Centro. Isto é definido como uma troca desigual (WALLERSTEIN, 2004, p. 28, tradução nossa).

Conforme Wallerstein (2004), com o passar do tempo, os produtos dominados anteriormente por quase-monopólios sofrem uma maior concorrência, diminuindo sua possibilidade de lucro e inserindo-os em um contexto de competição de preços. A busca pela menor estrutura de custos das empresas (com intuito de aumentar a margem de lucro) leva a uma realocação destas para países semiperiféricos, e, posteriormente, para os periféricos (WALLERSTEIN, 2004). Deste modo, apesar da evolução dos processos produtivos, a hierarquia se mantém, com o centro produzindo bens de maior valor agregado, ao passo que a produção da semiperiferia e periferia permanece constantemente “atrasada” em relação ao Centro. Como resultado dessa inserção externa hierárquica, a desigualdade na distribuição espacial e dos padrões de vida (consumo, produção, etc.), são atreladas ao espaço geográfico e à categoria na divisão do trabalho nos quais o país está inserido.

2.2 FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA E GLOBALIZAÇÃO: MARCAS DO CAPITALISMO ATUAL

A partir da década de 1970, com o esgotamento do regime fordista de acumulação, a economia capitalista mundial passa por uma transformação: a consolidação do regime de acumulação flexível (na esfera produtiva) e a emergência da esfera financeira como determinante da produção e das relações de produção (CHESNAIS, 1996; ARRIGHI, 2007). Em outras palavras, tanto a localização como a planificação da produção vinculam-se à esfera financeira, que por sua vez está associada às decisões das matrizes dos grupos multinacionais (*holdings*). Nesse sentido, as empresas multinacionais (EMNs) tornam-se as protagonistas da mundialização do capital⁴, fenômeno que define a globalização conforme Chesnais (1996).

O foco da arbitragem destas empresas é garantir vantagens em relação à sua estrutura de custos por meio da instalação de filiais ou da contratação de fornecedores de produtos ou serviços terceirizados em localidades que ofereçam benefícios, como menor custo salarial, incentivos fiscais, menor grau de sindicalização, fontes de matérias-primas, mercado interno expressivo, entre outros. Como consequência, a redução dos custos possibilita uma operação

⁴ Na definição de Chesnais (1996, p. 81, grifo do autor), baseada na teoria marxista, o capital “define-se como um valor (que, no caso das multinacionais, atingiu determinada massa), cujo objetivo é a auto-valorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em *última análise*, caráter *contingente*”. Além disso, é parte da lógica dos investimentos que estes sejam diversificados em termos de localização e/ou setor, bem como que possuam mobilidade, ou seja, a possibilidade do investidor aplicar ou retirar seu capital facilmente (CHESNAIS, 1996).

mais lucrativa, valorizando o retorno financeiro aos acionistas. Este movimento resultou na descentralização da produção industrial, inicialmente concentrada nos países centrais, em direção a países e regiões periféricas, a exemplo do Leste Asiático e América Latina.

Em paralelo, o padrão de acumulação flexível está relacionado à menor incorporação dos processos produtivos em uma mesma empresa, em contraste com a verticalização observada no fordismo. As grandes companhias recorrem a fornecedores terceirizados, em locais como Ásia e África, formando uma “rede de empresas especializadas” (CHESNAIS, 1996, p. 109). A partir disso, os grupos empresariais reduzem a necessidade dos IDEs⁵, uma vez que se apropriam dos benefícios dos deslocamentos produtivos através do fornecimento de terceiros a preços mais competitivos.

A formação das empresas-rede implicou uma maior capacidade de gestão, tanto das filiais como do relacionamento com os demais parceiros comerciais. Estas operações complexas foram viabilizadas pela estratégia tecno-financeira.

A estratégia tecno-financeira é resultado de uma evolução das atividades das companhias no exterior, passando da produção material direta para o fornecimento de serviços. A base de sua competitividade está alicerçada na definição de um *know-how* e na P&D. Ela tentará valorizar essa vantagem em todos os setores onde for possível aplicar suas competências tecnológicas. Com isso, ela tenderá a sair do seu setor de origem e diversificar-se em modalidades totalmente originais (MICHALET, 1985, p. 59-60 apud CHESNAIS, 1996, p. 76-77).

Chesnais (1996) destaca que a circulação financeira (fluxos de capital) cresceu de forma mais intensa do que o comércio internacional, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, mesmo que este também tenha crescido a partir da maior liberalização comercial verificada com o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em português) — precursor da OMC (criada em 1995). Em comparação à expansão dos movimentos financeiros e do comércio, o crescimento do PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas décadas mencionadas teve menor expressão, evidenciando uma queda do investimento produtivo nas economias centrais.

Entre 1980 e 1992, o crescimento dos ativos financeiros acumulados foi mais de duas vezes e meia mais rápido do que o da formação de capital fixo, de forma que, em 1992, os ativos acumulados eram o dobro do que o PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais; no ano 2000, esses múltiplos podem chegar, respectivamente, a 3 e a 17 (CHESNAIS, 1996, p. 244).

⁵ De acordo com Chesnais (1996, p. 55), o IDE “designa um investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir efetivamente na gestão da empresa em questão”. Diferentemente do investimento em portfólio, que é mais volátil, o IDE requer a aquisição de 10% ou mais das ações ou direito de voto da empresa, visando uma participação a longo prazo do investidor na gestão do negócio (CHESNAIS, 1996).

No contexto da financeirização da riqueza, o autor ainda aponta que, na categoria do movimento de capitais, os fluxos de capital de curto prazo, como transações cambiais, ações e investimentos em carteira, tiveram um aumento mais significativo em comparação aos capitais de longo prazo, como os IDEs. Chesnais (1996) coloca que, entre 1980 e 1988, o volume transacionado nos mercados de câmbio multiplicou-se por 8,5, enquanto os fluxos de IDE aumentaram em 3,5 vezes, o que corrobora a prevalência do capital financeiro em detrimento das atividades produtivas.

É possível inferir que, nesta lógica, há uma preferência por investimentos mais voláteis, visto que investir na construção ou aquisição de uma indústria, por exemplo, implica imobilizar o capital investido. Ademais, a segmentação das empresas em matriz e filial confirma seu caráter financeiro, expressado pela

[...] busca de valorização do capital, diferenciada e multiforme, que tanto podia assumir a forma produtiva de investimentos de capital, como uma variedade de formas que não envolviam, nem investimento industrial, nem criação de valor, e às vezes apresentando aspectos improdutivos, quando não parasitários (CHESNAIS, 1996, p. 76).

Chesnais (1996) ainda destaca outro aspecto determinante da configuração contemporânea do capitalismo, sobretudo durante a década de 1990: a concorrência oligopolista, em que um número limitado de grupos empresariais domina certos mercados. “O que é característico da chamada fase de mundialização é a extensão de estruturas de oferta muito concentradas, para a maior parte das indústrias de alta intensidade de P&D ou ‘alta tecnologia’, bem como numerosos setores de fabricação em grande escala” (CHESNAIS, 1996, p. 94-95). A partir da oligopolização da oferta, as decisões de produção também estão ligadas à concorrência: a preocupação central das empresas não é produzir com maior eficiência para competir a nível de preço, mas sim disputar o mercado, ampliando seu *market share*. Além disso, devido ao alto nível de concentração da oferta, as estratégias dos conglomerados empresariais reforçam uma relação de interdependência, em que as ações de um grupo têm impacto direto nos demais.

O movimento da financeirização dos anos 1970 vem atrelado ao compromisso de redirecionar o foco das organizações para o mercado internacional de capitais, uma vez que a maior concorrência implica a redução dos ganhos para as empresas e grupos multinacionais. Na perspectiva do economista italiano Giovanni Arrighi (2007),

[...] a intensificação da concorrência internacional (particularmente em atividades intensivas em bens comercializáveis internacionalmente, como a indústria) induziu as corporações a desviarem uma crescente parcela de seus ingressos, do investimento em capital fixo e commodities para a liquidez e a acumulação financeira. Em certo

sentido, esse desvio foi uma continuação, por outros meios, da lógica do ciclo do produto. A lógica do ciclo do produto, para as organizações capitalistas de ponta de uma dada época, é de incessantemente deslocar recursos de nichos de mercado que estão ficando superlotados (e, portanto, menos rentáveis) para nichos de mercado menos frequentados (e, portanto, mais rentáveis) (ARRIGHI, 2007, p. 7).

Sintetizando os argumentos discutidos anteriormente com base em Chesnais (1996), é possível afirmar que existem dois principais determinantes da localização da produção e da distribuição de seu consumo e excedente: a nova lógica financeira, gerada pela transição para o regime de acumulação flexível, bem como o protagonismo das multinacionais, cuja arbitragem pauta-se na concorrência oligopolista e nos benefícios financeiros dos deslocamentos produtivos (tanto de suas filiais como de fornecedores especializados terceirizados). A partir destes determinantes, novos padrões de desigualdade configuram a economia mundial na atualidade.

A mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes. Ela acentuou, ao contrário, os fatores de hierarquização entre países. O abismo que separa os países que pertencem aos polos da “Tríade” (América do Norte, Europa, Japão), ou que lhes são associados, daqueles que sofrem a dominação do capital financeiro sem retorno, e pior ainda, daqueles a quem não interessa mais de jeito nenhum o capital, desenvolveu-se continuamente há vinte anos (CHESNAIS, 2000, p. 14).

A partir da afirmação de Chesnais (2000), é possível inferir que há uma clara divisão entre os países beneficiários da mundialização do capital e aqueles que ficaram ainda mais dependentes deste. Mesmo com o deslocamento produtivo do centro em direção às nações periféricas, além dos projetos nacionais de industrialização e desenvolvimento econômico, os benefícios da globalização não foram compartilhados de forma democrática entre os países. Nesse sentido, argumenta-se que as relações hierárquicas e de dependência entre os países centrais e periféricos foi acentuada no decorrer da globalização, concordando com a estratificação em termos de apropriação da riqueza proposta por Wallerstein (2004).

Outra contribuição teórica que estuda a crescente integração da economia mundial é a perspectiva das Cadeias Globais de Valor. Assim como em Chesnais (1996), um dos principais fenômenos analisados é a realocação da produção e a utilização de provedores externos pelas multinacionais. Um dos expoentes desta vertente, Sturgeon (2011) define o propósito do enfoque das CGV:

É uma teoria que busca explicar ou prever como os diferentes nós de agregação de valor de uma atividade produtiva estão ligados dentro de uma economia a nível territorial e espacial. Esses vínculos podem ocorrer internamente dentro da estrutura de uma única empresa, ou entre empresas, embora consideremos que as filiais ou subsidiárias diretas não se aplicam necessariamente à abordagem das cadeias. Esses vínculos podem ocorrer dentro do mesmo edifício, na mesma cidade ou povoado, ou

em grandes distâncias em todo o mundo. A palavra global dentro da abordagem da cadeia de valor diz respeito precisamente a essas relações de longa distância. As cadeias de valor locais e regionais também são enquadradas nas cadeias globais de valor, ao nosso ver, e o enfoque de governança das cadeias é igualmente aplicável em qualquer uma dessas escalas, seja local, regional ou global (STURGEON, 2011, p. 23, tradução nossa).

Conforme a teoria das CGV, o produto final é criado a partir da integração de diversas partes descentralizadas e geograficamente dispersas, denominadas unidades produtivas. Deste modo, a globalização é a integração funcional da produção (STURGEON, 2011). Ademais, a teoria entende que as relações dos atores inseridos nas cadeias são condicionadas a uma dinâmica de poder, além da influência do entorno geográfico. Isto faz com que, a cada elo da cadeia, exista uma adição – e, conseqüentemente, uma apropriação – de valor. Para que um país seja bem sucedido em sua inserção em determinada cadeia, ele deve passar de um elo menos favorável para um mais favorável, ou seja, inserir-se em um elo que proporcione uma maior adição de valor. A fim de realizar tal *upgrading*, deve haver uma transformação na capacidade produtiva e na estrutura social do país, de modo que produza bens mais complexos do ponto de vista tecnológico (STURGEON, 2011).

É possível relacionar a DIT delineada por Wallerstein com o conceito das CGV, tendo em vista o deslocamento produtivo e a terceirização de bens e serviços descritos nesta seção. Martins (2015) aponta que, como tendência do capitalismo atual, existe uma configuração clara que rege a nova DIT: a concentração de atividades de maior valor agregado no centro, enquanto Estados periféricos e semiperiféricos, apesar de atingirem certo grau de industrialização⁶, produzem atividades fabris de pouco valor, ainda ocupando posições desfavoráveis na hierarquia das cadeias globais. O exemplo da multinacional Nike ilustra esta ideia:

Esta empresa não possui fábricas, nem caminhões ou navios para produzir e executar sua logística; possui apenas o cérebro que controla as atividades da empresa. Suas fábricas são terceirizadas na China, Vietnã e outros países asiáticos de baixo custo de mão-de-obra, bem como alguma produção no Brasil; sua logística é realizada e controlada por uma empresa do Reino Unido; suas atividades de TI (Tecnologia da Informação) estão a cargo de uma empresa da Índia; já o *design* e desenvolvimento de produto – consideradas atividades mais “nobres” – permanecem nos EUA (MARTINS, 2015, p. 104).

A discussão presente nesta seção delineou as principais características da financeirização da riqueza e sua relação com a globalização. A lógica engendrada pela fase atual do capitalismo gerou deslocamentos produtivos do centro em direção à periferia. A partir disso, a produção torna-se fragmentada em diversas unidades produtivas, dispersas geograficamente. Contudo, os resultados deste processo não foram os mesmos para todos países

⁶ Este tópico será melhor desenvolvido na seção seguinte.

periféricos que receberam EMNs em seus territórios. A seção a seguir demonstra como a trajetória das economias latinas e asiáticas se diferenciou a partir da estratégia de inserção externa adotada por suas economias.

2.3 A GLOBALIZAÇÃO IDEOLÓGICA E A BIFURCAÇÃO NA TRAJETÓRIA DAS ECONOMIAS LATINAS E ASIÁTICAS

Na seção anterior, além de temas como a mundialização do capital e a teoria das CGV, foi abordado o fenômeno da financeirização da riqueza e suas consequências para a economia mundial. Na visão de Arrighi (2007, p. 1), tal movimento define a globalização estrutural, “processo histórico de crescente integração econômica e societária no mundo”. Contudo, o autor demonstra a outra face da globalização: a globalização ideológica.

De quando se materializou em cerca de 1980, a globalização ideológica consiste de duas prescrições distintas, mas intimamente relacionadas: uma prescrição doméstica, que defendia a eliminação da herança do *New Deal* nos Estados Unidos e do estado de bem-estar social na Europa ocidental; e uma prescrição internacional, que defendia o fim do Estado desenvolvimentista no Terceiro (e Segundo) mundo. Ambas as recomendações tinham inspiração ideológica no famoso (mas infame) slogan de Margaret Thatcher de que “Não Há Alternativa” (TINA, nas iniciais em inglês). Politicamente e economicamente, porém, elas se tornaram uma realidade global, sob o impacto das políticas e ações dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2007, p. 1).

A guinada neoliberal protagonizada pelos Estados Unidos, que caracteriza a globalização ideológica de acordo com Arrighi (2007), é uma resposta ao “empoderamento do Terceiro Mundo”, em que há o deslocamento das atividades industriais para o Sul global, bem como o fortalecimento da indústria voltada para a exportação nestes países. Com isso, o governo estadunidense utilizou a disseminação das premissas neoliberais como estratégia para recuperar sua posição de principal receptor dos fluxos financeiros internacionais. Este movimento também estava relacionado à dinâmica de poder entre Estados Unidos e União Soviética, durante a ordem bipolar da Guerra Fria.

O principal motivo que levou os Estados Unidos a promoverem essa mudança foi que o empoderamento do Terceiro Mundo veio acompanhado de uma drástica queda no poder e prestígio americanos. Essa queda atingiu seu nadir no final dos anos 70, com a Revolução iraniana, o segundo choque do petróleo, a invasão soviética do Afeganistão e uma grave crise de confiança no dólar americano. O controle do dinheiro mundial parecia estar escapando das mãos dos Estados Unidos, erodindo o poder do país, de forma direta e indireta, não apenas vis-à-vis o Terceiro Mundo, mas também vis-à-vis a URSS e a Europa ocidental. Foi nesse contexto que os Estados Unidos decidiram que essa queda de poder e prestígio só poderia ser revertida com a disseminação do credo neoliberal, tanto internamente quanto externamente (ARRIGHI, 2007, p. 8).

O projeto de difusão do pensamento neoliberal para o mundo consolida-se com o Consenso de Washington (1989). Direcionado principalmente aos países da América Latina, envolvidos em graves crises de endividamento externo, o documento elaborado pelo inglês John Williamson (1990) indicou as seguintes políticas: i) abertura comercial, associada à flexibilização das barreiras de importação e importação entre os países; ii) a abertura financeira, destinada a favorecer a entrada de capital estrangeiro como forma de compensar o déficit comercial vivenciado pelas economias latino-americanas no período; iii) a manutenção da alta na taxa de juros, atrativa para investidores internacionais e locais; iv) as privatizações de empresas estatais, que novamente estimulam a participação do capital externo na economia; v) intervenção mínima do Estado em assuntos econômicos, que conforme a vertente neoliberal, gera maior confiança para o mercado externo investir naquele país e vi) redução dos gastos estatais, com vistas a assegurar o superávit fiscal (WILLIAMSON, 1990; VADELL, 2011). Tal ajuste estrutural na economia era uma das condições impostas pelo FMI em troca da negociação da dívida externa dos países da América Latina, como Brasil, México, Argentina, entre outros.

A adoção das medidas neoliberais não trouxe resultados positivos, causando a deterioração do desempenho econômico, sobretudo de países latino-americanos. Além disso, a industrialização dos países de baixa renda – convergência industrial proporcionada pela mundialização do capital – não gerou equiparação de renda entre Norte e Sul: os países do Sul atingem um índice de industrialização superior ao Norte no período entre 1960 e os anos 2000, contudo o hiato de renda entre as duas regiões permanece no mesmo patamar (ARRIGHI, 2007). Em outras palavras, os benefícios da industrialização diminuem e não garantem um crescimento econômico similar ao das economias desenvolvidas. O acesso ao crédito estadunidense também se tornou mais limitado, impondo dificuldades para as estratégias nacionais de desenvolvimento em curso na América Latina.

Apesar das implicações negativas geradas pela globalização ideológica no Terceiro Mundo, Arrighi (2007) entende que o Leste Asiático foi uma região que acumulou benefícios com a retomada dos fluxos financeiros em direção aos Estados Unidos. Sua estrutura industrial, capaz de oferecer bens exportados a preços competitivos, conseguiu absorver a demanda estadunidense, garantindo mais reservas internacionais e assumindo maior independência em relação ao capital estrangeiro. A China, inclusive, tornou-se credora dos Estados Unidos neste período, ressaltando o posicionamento da região como centro financeiro de destaque (OURIQUES, 2013). Em contrapartida, a América Latina e a África Subsaariana não obtiveram o mesmo sucesso em captar a demanda da superpotência ocidental, o que gerou desequilíbrio

no balanço de pagamentos de seus países, conseqüentemente intensificando a necessidade por capital externo para compensá-lo (ARRIGHI, 2007).

Arrighi (2007) sustenta que países da região asiática, cujos principais exemplos são China e Índia, lograram uma inserção externa mais próspera graças a certas vantagens em comparação às nações africanas e latino-americanas. Além de apresentarem uma integração regional e mercado interno amplos, aliados à grande oferta de mão de obra barata e qualificada que potencializam sua indústria exportadora, tais países participaram do processo de globalização estrutural seguindo seu interesse nacional, sem adotar fielmente todos os ditames neoliberais propagados pelos Estados Unidos e por instituições como o Banco Mundial e o FMI.

“Entre outras coisas, isso significou um processo mais lento e mais seletivo de desregulamentação e privatização do que ocorreu em países e regiões sujeitos às terapias de choque e ajustes estruturais defendidos pela globalização ideológica” (ARRIGHI, 2007, p. 11).

Na antiga DIT, a inserção externa da periferia era pautada na venda de matérias-primas de baixo valor, enquanto o Centro encarregava-se da exportação de produtos industrializados, mais sofisticados (LIPIETZ, 1988). Contudo, ao explorar o período de 1980 em diante, o autor demonstra como as nações do Leste Asiático obtiveram êxito em participar da integração funcional da produção, seja incorporando parte das atividades produtivas de grupos multinacionais ou atuando como fornecedores terceirizados. Em consonância com Lipietz (1988), Sturgeon (2011) interpreta que mudanças no cenário internacional, como o maior dinamismo econômico verificado nos mercados asiáticos, refutam o argumento de que países em subdesenvolvimento e em situação de dependência externa não podem melhorar sua posição relativa na economia mundial. Deste modo, reformulando as relações centro-periferia conforme a nova DIT:

[...] o que caracteriza o centro é a interconexão crescente dos processos de produção num esquema de reprodução cada vez mais nitidamente definido (trata-se da “auto-centragem”), enquanto as unidades de produção capitalista só se desenvolvem na periferia no seio de uma coerência que permanece exterior a ela: “a extroversão” (LIPIETZ, 1988, p. 68).

Como resultado da discussão acima, verificou-se que as trajetórias de desenvolvimento do Leste Asiático, América Latina e África apresentam uma importante divergência: sua inserção em meio ao capitalismo globalizado. Por um lado, países como China e Índia não seguiram fielmente as proposições neoliberais difundidas através das políticas estadunidenses e instituições financeiras multilaterais. A abertura da China para empresas estrangeiras, por exemplo, foi moderada e controlada pelo Estado, como será explicitado de forma detalhada no

capítulo 3. Para efeitos de comparação, o Brasil, em contrapartida, aplicou mais intensamente as medidas neoliberais de abertura comercial e financeira ao capital externo, notadamente na década de 1990, assim como a maioria das nações latino-americanas, deixando de lado o projeto desenvolvimentista de substituição de importações dos anos anteriores. Como consequência, a economia brasileira apresenta um grau de dependência externa relativamente maior que a China, visto que este país atua inclusive como credor dos Estados Unidos, pois dispõe de uma reserva significativa de dólares adquiridos através do comércio exterior.

3 AS REFORMAS DE 1978 E A INTEGRAÇÃO DA CHINA À ECONOMIA MUNDIAL

Ao final dos anos 1970, a China percebe a financeirização e o deslocamento das estruturas produtivas em direção à periferia como uma oportunidade, delimitando seu planejamento econômico a partir destas transformações do capitalismo mundial. Os *policy makers* chineses entendem que, no mundo globalizado, os planos para o crescimento do país deveriam incluir uma estratégia internacional, alicerçada na maior integração da economia interna com o mercado externo. Com isso, "construiu-se um consenso interno, segundo o qual, os objetivos estratégicos do 'Estado Revolucionário' só poderiam ser alcançados com a reforma da estrutura econômica e a abertura ao investimento estrangeiro" (JABBOUR, 2019, p. 158).

O capítulo 3 dedica-se à compreensão da economia chinesa a partir de 1978, ano em que o planejamento econômico chinês é reestruturado, mantendo seu alinhamento com o interesse nacional, porém atento às oportunidades da conjuntura global (descrita no capítulo 2). De forma específica, a primeira seção contém uma exposição da trajetória das reformas chinesas, suas características e resultados, bem como sua relação com a inserção externa do país, focando nas iniciativas voltadas ao comércio internacional e ao Investimento Direto Externo. Optou-se por estruturar os subtópicos do capítulo de forma cronológica, no intuito de apresentar a evolução do projeto chinês em direção a uma economia mais integrada ao exterior, desde o início das reformas até a atualidade. A análise não será detida na inserção externa por outras vias além da economia, como a política externa e às esferas a ela associadas: ambiental, militar, política, etc.

3.1 MEDIDAS INICIAIS: MODERNIZAÇÃO E ABERTURA GRADUAL AO EXTERIOR

Em 1978, após a morte de Mao Tsé-Tung, figura central na revolução que consolidou a República Popular da China em 1949, Deng Xiaoping ascende como principal liderança dentro do Partido Comunista Chinês (PCC). Vendo a necessidade de aprimorar a qualidade de vida de seu povo e priorizar o desenvolvimento econômico do país, o líder chinês propôs uma série de reformas econômicas que, de forma gradual, incorporariam elementos capitalistas e permitiram a entrada de firmas e investimentos estrangeiros, marcando a abertura comercial e financeira da China ao mundo. As transformações capitaneadas por Deng Xiaoping implicaram na transição de uma economia de planejamento central, verificada nos anos maoístas, para um socialismo de mercado⁷ (BARTH; CAPRIO; PHUMIWASANA, 2009).

⁷ “O conjunto de reformas empenhado na China a partir de 1978 buscava superar a organização econômica de planejamento centralizado, incorporando gradualmente os mecanismos de mercado e empenhando uma política de

Para empreender as reformas, eram necessárias condições favoráveis nos âmbitos econômico e político. Sobre o primeiro, era preciso introduzir alguns aspectos do modo de produção capitalista, a exemplo da propriedade privada e os incentivos que a economia de planejamento central havia afastado, a fim de atingir o desenvolvimento econômico através da produtividade e eficiência na alocação do capital e do trabalho (DAMAS, 2014). Já no cenário político, o PCC deveria sustentar sua legitimidade e centralidade do poder, firmando-se como condutor inquestionável da estratégia nacional de desenvolvimento (VAZ-PINTO, 2014).

Tao e Lu (2018) argumentam que as reformas iniciadas em 1978 tinham como propósito a reestruturação da China em direção à uma sociedade moderna, gerando mudanças a nível econômico. A liberalização do comércio, aliada à flexibilização da produção e da apropriação de seu excedente, sinaliza o objetivo de incorporar certos elementos de uma economia de mercado. Em paralelo, o planejamento estatal permanece no centro das reformas, característica que diferencia o crescimento chinês das demais nações e explica o maior grau de autonomia do país frente aos desafios da economia global.

O processo reformista é constituído por uma sequência de políticas coordenadas, assentadas em um referencial fixo: o projeto de modernização e crescimento econômico nacional, materializado nos Planos Quinquenais. Estes são elaborados a cada cinco anos e divulgados durante o Congresso Nacional do Povo. A fim de garantir a inserção externa soberana da China no mundo globalizado, as reformas continham um programa de modernização, conhecido como as Quatro Modernizações, voltado às seguintes áreas: “agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas” (OLIVEIRA, 2008, p. 64).

As primeiras medidas liberalizantes voltaram-se ao setor rural. Em 1979, foi estabelecido o “sistema de responsabilidade familiar” (*bao gan dao hu*, em chinês), que incorporou mais de 94% dos camponeses logo após quatro anos de vigência (MILARÉ; DIEGUES, 2015). Neste tipo de contrato, o uso das terras estatais pelas famílias chinesas foi permitido, desde que entregassem parte da produção ao governo por um preço fixo. A partir de 1984, foi permitida a venda do excedente a preço de mercado. Esta medida gerou incentivos à expansão das atividades agrícolas e aumentou sua produtividade, com destaque para o cultivo de grãos, que cresceu aproximadamente 38% entre 1980 e 1992 (DAMAS, 2014).

Formou-se, portanto, um sistema de duplo preço (*dual price system*): haviam os preços determinados pelo órgão planejador chinês e preços determinados livremente pelo mercado (excedente produtivo em relação às cotas do Estado). O mesmo ocorreu com o lucro das vendas

abertura, sem a abdicação da propriedade e dos mecanismos de planejamento do Estado” (OLIVEIRA, 2008, p. 63).

provenientes das empresas estatais, às quais foi concedida maior autonomia para gerir os recursos humanos e a produção. A flexibilização referente à apropriação dos excedentes trouxe resultados importantes almejados pelas reformas: melhora no nível de renda e estímulo à industrialização nacional.

Com a reforma agrária e o novo sistema de contratos ocorreu um aumento da produção agrícola e da renda do camponês. A criação dessa renda excedente é fundamental para explicar o sucesso da industrialização chinesa: com o aumento da renda, o camponês – que antes vivia de subsistência e, portanto, não fazia parte do mercado consumidor – passou a integrar a economia, demandando uma série de produtos industrializados (tanto para consumo próprio como para o aumento da sua produção agrícola). A busca por novos produtos industrializados exigia uma reforma no modo de atuação das TVEs, que se mostravam incapazes de responder à sua crescente demanda (MILARÉ; DIEGUES, 2015, p. 76).

O aumento da eficiência no setor agrícola permitiu a formação de uma classe empreendedora na zona rural, que se dedicava também a empreendimentos fora do ramo agrícola: as chamadas *Townships and Villages Enterprises* (TVEs). Estas dedicaram-se principalmente às atividades produtivas intensivas em trabalho, a exemplo dos segmentos têxtil, moveleiro, vestuário, de plástico, entre outros (WANG; YAO, 2001). Damas (2014) sinaliza que, sob o comando de Mao Tsé-Tung, o foco dos investimentos feitos pelo Estado chinês era a indústria pesada, havendo, portanto, pouca oferta de bens de consumo não duráveis no país. Além disso, o autor afirma que, durante a década de 1980, o segmento das TVEs foi o mais dinâmico da economia chinesa, responsável por absorver 48 milhões de trabalhadores em 1987, reduzindo a desigualdade econômica entre o campo e as áreas urbanizadas.

É possível verificar que as medidas liberalizantes no setor agrícola tiveram papel importante em incentivar a indústria doméstica, setor chave no projeto de modernização nacional. Com intuito de garantir seu desenvolvimento, a industrialização chinesa também conta com uma estrutura dual: existem as empresas menores, que contam com apoio financeiro público e privado, além de programas estatais de incubação, e os grandes conglomerados empresariais, pertencentes ao Estado chinês (OLIVEIRA, 2008).

Considerando o contexto da Guerra Fria, o país beneficiou-se da aproximação com os Estados Unidos a partir de 1972, liderada pelo governo Nixon. Na década de 1960, houve o distanciamento da China em relação ao bloco soviético, causado por divergências ideológicas e pela oposição da URSS ao projeto chinês de desenvolver armamentos nucleares (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011). O posicionamento antissoviético por parte da China suscitou a aproximação com a superpotência estadunidense na década seguinte. Dentre as vantagens desta parceria, estão o fim do embargo econômico à China, conquista do status de país em desenvolvimento, ingresso no amplo mercado consumidor estadunidense (sobretudo nos

setores têxtil e vestuário) e acesso ao crédito do sistema financeiro internacional (MILARÉ; DIEGUES, 2015).

De posse dos empréstimos e com acesso privilegiado ao mercado estadunidense, a China pôde vencer a principal restrição à modernização industrial dos países em desenvolvimento: a obtenção de dólares para a importação de máquinas e equipamentos. O aproveitamento do contexto geopolítico favorável na década de 1980 trouxe grandes ganhos à indústria e permitiu que esta acelerasse seu processo de *catching-up* (MILARÉ; DIEGUES, 2015, p. 74).

A inserção da China em um mundo cada vez mais globalizado exigiu das lideranças governamentais uma revisão da política comercial do país. A partir de 1978, foi inaugurado um conjunto de novas medidas: “[...] a reorganização e descentralização de instituições de comércio exterior, promoção de relações comerciais estrangeiras e IDE, expansão do comércio exterior e introdução do país a uma série de organizações internacionais” (LI, 2012, p. 25, tradução nossa). Como será visto adiante, o grau de liberalização do comércio internacional avançou à medida que o governo buscava impulsionar a participação das exportações no crescimento do país. Como resultado, tais medidas permitiram uma integração ainda maior da economia chinesa ao mundo, pavimentando o caminho para tornar a China um *global trader* de destaque na atualidade.

Como mencionado anteriormente, a abertura da economia chinesa ao exterior foi gradual, subordinada ao planejamento central. Mais especificamente, Damas (2014) ressalta que tal abertura garantiria à China acesso ao crédito (capital) e à tecnologia, essenciais ao projeto das Quatro Modernizações e ao desenvolvimento nacional como um todo. Aproveitando o deslocamento produtivo protagonizado pelas multinacionais a partir dos anos 70 (fenômeno descrito no capítulo 2), as iniciativas em prol do crescimento atuaram no sentido de atrair investimentos e empresas do exterior para a China, cuja participação foi determinante na conquista dos objetivos chineses (HIRATUKA, 2018). Logo, além do suporte às firmas nacionais (públicas e privadas), a potência asiática em ascensão contou com a iniciativa privada estrangeira para internalizar novas atividades produtivas, tecnologias e conhecimento.

As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram as precursoras da abertura ao exterior, além de contribuírem para a incorporação de determinadas práticas de uma economia de mercado à estrutura chinesa (TAO; LU, 2018). Em 1980, as primeiras ZEEs foram instaladas na região costeira ao sul do país, em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, localizadas de forma estratégica pela proximidade com mercados dinâmicos, a exemplo de Hong Kong, Japão e Taiwan (OLIVEIRA, 2008; NONNENBERG, 2010). O êxito desta iniciativa levou o governo central a inaugurar 14 novas ZEEs em 1984. Segundo Nonnenberg (2010), a partir de 1990 o

interior do país também recebeu as zonas de incentivo ao investimento externo. A criação destas áreas impulsionou o ingresso de IDE na China, sobretudo através da instalação de multinacionais no território chinês, atraídas pelos benefícios fornecidos pelo Estado.

Inicialmente, as empresas multinacionais dirigiram-se quase que exclusivamente às ZEEs — onde receberam diversos incentivos fiscais, terrenos e edificações, além de poderem contar com o benefício de infraestrutura de energia e transporte e da localização ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, bem como de centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios de ponta. Essa localização privilegiada facilitou o surgimento de transbordamentos tecnológicos (*spillovers*) e teve papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês e na alteração da pauta de exportações ao longo dos últimos 20 anos (NONNENBERG, 2010, p. 205).

Moraes (2004) explica que, além do capital estrangeiro, a produção nas ZEEs tinha como principal intuito atender a demanda do mercado externo e dos mercados regionais no entorno asiático, além de absorver novas tecnologias e incorporar novas metodologias de gestão ao repertório chinês. Aliadas a isso, as políticas estatais de fomento à Ciência & Tecnologia (C&T), como incentivos à qualificação profissional de chineses no exterior e parcerias com demais países, garantiram à China uma pauta exportadora com graus crescentes de agregação de valor e tecnologia, alcançando gradualmente uma posição elevada nas cadeias globais de valor, de forma semelhante às economias centrais (NONNENBERG *et al.*, 2008; FERCHEN, 2011).

O grande potencial de crescimento chinês foi amparado por sua capacidade de financiamento. Durante a década de 1980, o país desenvolveu um sistema financeiro próprio, cuja integração com o restante do mundo é limitada de modo a torná-lo menos vulnerável às crises externas (LI, 2012; JABBOUR, 2019). Somado a isso, a abertura ao exterior foi conduzida no sentido de ampliar o acesso da China ao capital estrangeiro, via ZEEs, por exemplo. Estas captaram recursos financeiros vindos principalmente de chineses situados fora do país, tanto em Taiwan quanto em Hong Kong, movimento denominado por Arrighi como diáspora capitalista chinesa (OURIQUES, 2013).

A partir de um marco regulatório que dispunha de mecanismos que exigiam contrapartidas das empresas estrangeiras participantes das ZEEs, a mudança do padrão de financiamento externo, além de viabilizar a obtenção de divisas sob bases mais sustentáveis, permitiu a consolidação do tripé: a) aumento da participação da China no comércio internacional; b) estímulo ao acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada; e c) introdução de modernas técnicas administrativas e de gestão nas empresas chinesas (Acioly 2005) (OLIVEIRA, 2008, p. 68).

Ao avaliar os determinantes do desenvolvimento econômico chinês, Damas (2014) defende que a abertura ao capital estrangeiro e o comércio exterior foram mais relevantes à

economia na década de 1990. Entre 1980 e 1989, os principais motores do crescimento econômico do país foram as TVEs, marco da industrialização rural, além do aumento da produtividade agrícola (sobretudo de laticínios, algodão e produtos pecuários). Entretanto, as reformas iniciadas ao final dos anos 1970 garantiram a viabilidade e êxito do modelo *export-led* intensificado na década de 1990, lançando as bases para consolidar a China como uma superpotência comercial no século XXI.

De forma geral, as reformas do comércio exterior na década de 1980 focaram-se em transformar o sistema altamente centralizado da China para incorporar elementos de uma economia baseada no mercado. A liberalização gradual do comércio resultou em um crescimento incrível da economia em termos de PIB, comércio exterior e investimento estrangeiro. No final da década de 1980, o comércio chinês totalizava US\$ 115,4 bilhões, representando 24% do PIB da China e 3% do comércio mundial total e catapultando a China para o 16º maior comerciante do mundo (LI, 2012, p. 25, tradução nossa).

Avaliando o projeto de modernização como um todo, Tao e Lu (2018) identificam que, além da frente econômica, baseada na industrialização e desenvolvimento regional do território chinês (vide a instalação das ZEEs), também existem evoluções quanto à modernização a nível institucional. A abertura ao exterior exigiu que alterações fossem feitas na estrutura econômica do país, a exemplo das medidas liberalizantes nos setores rural e produtivo. Logo, a articulação do governo central precisou ser reformulada de modo a acompanhar tais avanços.

A reforma e a abertura aceleraram a transformação da China de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, causando mudanças fundamentais em seu sistema econômico. Inicialmente, a abertura significava apenas a expansão do comércio exterior e a introdução de tecnologias, equipamentos, etc. Com a intensificação da reforma e da abertura, o significado destas medidas foi posteriormente esclarecido e ampliado, enquanto o cerne de uma abertura geral foi a inovação institucional e o uso de um sistema de referência (TAO; LU, 2018, p. 38, tradução nossa).

Jabbour (2019) aponta que a reestruturação econômica da China a partir de 1978 suscitou a conformação de um socialismo de mercado com características chinesas, considerada uma nova formação econômico-social⁸. Nesse contexto, o autor afirma que os mais de 40 anos de reformas foram marcados por ondas de inovação institucional no país, tendo em vista a criação de um sistema financeiro próprio, atualizações no gerenciamento de empresas estatais e a criação de agências responsáveis por direcionar e controlar investimentos para projetos estratégicos, a exemplo da SASAC (*State-Owned Assets Supervision and Administration*

⁸ Para uma discussão mais detalhada acerca do surgimento de uma nova formação econômico-social na China, ver Jabbour (2019).

*Commission of the State Council*⁹). Por fim, Jabbour (2019) identifica que há uma mudança significativa no setor estatal, que, apesar de manter firme seu controle sobre a estratégia nacional, desempenha um papel mais qualitativo, ao passo que a iniciativa privada atua de forma quantitativa. Por exemplo, entre 2002 e 2019, o número de conglomerados empresariais estatais passou de 149 para 96; atualmente, o Estado controla cerca de 30% das forças produtivas no país, redução considerável em comparação a 1978, quando detinha 77% deste total (JABBOUR, 2019).

3.2 ANOS 1990: O IMPULSO AO COMÉRCIO EXTERIOR E AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

A partir da década de 90, há a transição de uma economia fortemente impulsionada pelas TVEs e pelo setor agrícola para um capitalismo de Estado. Após o Massacre da Praça da Paz Celestial¹⁰, ocorrido em 1989, houve uma queda no investimento privado no país; no âmbito internacional, a repressão violenta contra manifestantes rendeu diversas críticas a Pequim por parte da comunidade interestatal. Para compensar o cenário desfavorável a investimentos no início dos anos 90, o governo assumiu o protagonismo como principal investidor, direcionando seu foco às empresas estatais e ao fomento da urbanização no país (DAMAS, 2014).

A implementação das ZEEs em 1980 representou um marco no processo de urbanização da China, beneficiando por primeiro a região costeira do país. Contudo, até 1989, 74% da população chinesa ainda habitava nas zonas rurais, vivendo em situação de baixa renda e com acesso limitado a serviços públicos de saúde e bem-estar social (MEDEIROS; MORAIS, 2011; DAMAS, 2014). Tal configuração da população chinesa à época inviabilizou um modelo de crescimento fundamentado no consumo interno, de acordo com Damas (2014). Como alternativa, a internacionalização da economia chinesa se intensificou na década de 90 e o comércio exterior tornou-se fundamental para o crescimento chinês a partir desta data, juntamente com o investimento estatal.

Uma das principais características do desenvolvimento econômico da China nos últimos 30 anos foi o expressivo aumento do comércio exterior. Entre 1975 e 2008, as suas exportações saltaram de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 1.428 bilhões, ao mesmo tempo em que as importações pularam de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 1.133 bilhões.

⁹ Traduzido para o português: Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado.

¹⁰ O Massacre da Praça da Paz Celestial, ocorrido em 4 de junho de 1989, foi resultado da repressão violenta por parte do Exército de Libertação do Povo (ELP) contra manifestantes pacíficos, entre eles estudantes, professores e jornalistas. Os protestos referiam-se a pautas como maior liberdade de expressão, transparência do governo e fim da corrupção (DAMAS, 2014).

Esse extraordinário crescimento foi viabilizado por diversos fatores, sendo os mais importantes a política cambial, especialmente a forte desvalorização real do renminbi ocorrida entre 1990 e 1994, e os ganhos de competitividade da indústria chinesa possibilitada, por sua vez, pela liberalização das importações. No entanto, o comércio exterior somente começa a se tornar peça-chave para o crescimento da economia chinesa no final da década de 1980, quando tanto exportações quanto importações ultrapassam 15% do PIB (NONNENBERG, 2010, p. 209).

A partir das novas medidas adotadas em prol da expansão do comércio internacional, é possível identificar a liberalização promovida pelo governo em dois principais aspectos: no regime de câmbio e no controle das importações. Sobre a primeira, o governo central chinês introduziu mudanças na política cambial após a consolidação das ZEEs, instaurando o mercado dual de câmbio: “o oficial, assentado no regime de flutuação, e o mercado de *swaps* com acesso exclusivo às *tradings* e às empresas participantes das ZEEs, em que o preço da moeda estrangeira se apresentava mais favorável aos exportadores” (OLIVEIRA, 2008, p. 70). Este sistema foi abolido em 1994, dando origem a uma taxa de câmbio única, fixada no dólar estadunidense, que permaneceu relativamente baixa e estável nos anos seguintes (LI, 2012).

Entre 1990 e 1994, a política de desvalorização cambial da moeda doméstica, o *yuan renminbi* (RMB), trouxe resultados positivos, entre eles: maior captação de investimentos produtivos, aumento da reserva de divisas internacionais, promoção das exportações chinesas e maior autonomia estatal em relação à política macroeconômica (OLIVEIRA, 2008; OURIQUES, 2013). No entanto, tal política cambial suscitou um conflito diplomático com os Estados Unidos que se estende até a atualidade; a competitividade conferida aos produtos chineses pelo *yuan* desvalorizado representa uma ameaça às exportações estadunidenses, que por sua vez refletem no déficit em conta corrente do balanço de pagamento deste país (OLIVEIRA, 2008).

Em relação ao controle das importações, houve uma crescente redução nas tarifas aduaneiras, a começar pelo ano de 1985, quando a tarifa média caiu de 55,6% para 43,3% (NONNENBERG, 2010). A partir da década de 90, a política comercial tornou-se ainda mais flexível, visando o aceite da China como membro da OMC. Nesse sentido, “Pequim engajou-se em uma série de cortes voluntários nas tarifas de mais de 5 mil produtos, reduzindo o valor tarifário médio de 47,2% em 1990 para 15,8% em 1999” (LI, 2012, p. 26, tradução nossa).

De 1978 em diante, a administração chinesa estabelece uma série de reformas com o objetivo de promover as exportações do país, alterando a estrutura anterior, marcada pelo comércio exterior planejado e controlado pelo Estado (NONNENBERG, 2010). Como resultado, “o volume de comércio da China continuou a crescer à medida que Pequim avançava gradualmente em direção a uma estratégia de desenvolvimento liderada pela exportação” (LI,

2012, p. 26, tradução nossa). Nonnenberg (2010) esclarece que tal modelo, em que as exportações têm peso considerável para a economia e lideram o crescimento real do PIB, denomina-se *export-led*. De forma específica,

Ao invés de uma inserção externa ancorada na captação de capitais de curto prazo, pela conta de capital do balanço de pagamentos (*capital-account*), o governo chinês optou por uma inserção balizada na exportação em larga escala de produtos manufaturados com graus crescentes de densidade tecnológica a preços altamente competitivos, pela via do comércio internacional (*trade account*). Esta forma de inserção tornou o país praticamente imune às instabilidades da economia mundial, além de ter permitido relevantes graus de liberdade no manejo da política econômica (OLIVEIRA, 2008, p. 69).

Em relação ao espaço asiático, Santos *et al.* (2013) destacam que os processos de integração econômica regional foram intensificados a partir da década de 1990 como parte do modelo de crescimento pautado nas exportações. A China beneficiou-se das cadeias produtivas já existentes em seu entorno como forma de facilitar seu acesso a mercados ocidentais mais desenvolvidos e acrescentar valor agregado à sua pauta de exportações.

Além da grande proximidade de Hong Kong, o litoral da China situa-se também muito próximo aos países mais desenvolvidos do Leste/Sudeste Asiático, como Japão, Coréia do Sul e Taiwan. Essa proximidade foi fundamental para o tipo de inserção externa realizada pela China, em virtude das complementaridades produtivas estabelecidas entre ela e os demais países asiáticos. A China ingressou no mercado internacional como uma espécie de ‘intermediário’ entre Ásia e Estados Unidos, importando partes, peças e componentes dos primeiros, montando e vendendo os produtos finais para o segundo (NONNENBERG *et al.*, 2008, p. 17).

A internacionalização da economia chinesa, para além de significar uma abertura ao exterior como um todo, conta com uma dinâmica regional que permite a crescente agregação de valor nas exportações do país e ascensão nas CGV¹¹. Para as empresas da região, torna-se vantajoso exportar através da China por conta dos benefícios fiscais e pela competitividade conferida pela desvalorização cambial (NONNENBERG *et al.*, 2008). Por outro lado, tais empresas contribuem para o projeto nacional chinês de conferir cada vez mais valor ao conteúdo exportado, visando a modernização e crescimento econômico a longo prazo.

Com efeito, diversas economias menores da região estão "conectadas" aos processos de produção por meio da fragmentação produtiva e do *outsourcing*, como resultado do esforço consciente para melhorar a composição de suas exportações finais. Assim, a China desenvolve uma estratégia regional fortemente vinculada ao estabelecimento de cadeias produtivas na região. O país tem aumentado o comércio de partes e componentes de países menores da região – atuando como *hub* –, para se firmar como

¹¹ “Os dirigentes de Beijing há tempos vêm desenvolvendo a tese de que a estabilidade e prosperidade da China dependem da estabilidade e prosperidade de seu entorno geográfico. Essa tese está alicerçada na procura do bem-estar humano, enraizada no legado dos ensinamentos de Confúcio, ainda hoje muito importantes na China, que defendem como base do relacionamento social a benevolência, a reciprocidade e a harmonia” (BISSIO, 2017, p. 536).

o “chão de fábrica”, isto é, como espaço de agregação de valor aos produtos, os quais são, então, reexportados pela China. Com isso, a China tem impulsionado a dinâmica comercial desses países menores (SANTOS *et al.*, 2013, p. 9).

O modelo de processamento de exportações de alta intensidade tecnológica consiste na importação de bens provenientes do entorno asiático, em que a China assume a etapa final da produção e, por último, a venda ao exterior. O país se beneficia da proximidade geográfica e complementaridade produtiva com as demais nações asiáticas, o que explica a diversificação das exportações chinesas. Contudo, Nonnenberg *et al.* (2008) apontam para uma mudança neste modelo, pois um dos objetivos do planejamento econômico nacional é aumentar a participação dos bens intensivos em conhecimento no próprio território chinês, não restringindo sua atuação a um país intermediário, reexportador.

Cada vez mais, a China está buscando aumentar o conteúdo tecnológico local de suas exportações por meio da absorção de tecnologia, mas também, ainda que de forma incipiente, pela geração de conhecimento, inclusive desenvolvendo marcas próprias, como é o caso dos computadores pessoais da marca Lenovo (NONNENBERG *et al.*, 2008, p. 14).

Nonnenberg (2010, p. 211), ao constatar o aumento considerável das importações chinesas a partir de 1999, analisa que os itens presentes em maior quantidade na pauta importadora são produtos intermediários e intensivos em capital, como “equipamentos de rádio, TV e comunicação, material de escritório e informática, produtos químicos, exclusive farmacêuticos, máquinas e equipamentos mecânicos e produtos siderúrgicos e metálicos”. Isto sugere que a China se mantém comprometida com o projeto de modernizar a estrutura produtiva doméstica, investindo em itens que possibilitem a produção de bens mais diversificados e complexos do ponto de vista tecnológico¹².

Embora as exportações estivessem no centro da estratégia de crescimento chinesa a partir dos anos 1990, Nonnenberg (2010) defende que as exportações líquidas não contribuíram significativamente para o crescimento do PIB, considerando o intervalo de 1978 a 2008. A contribuição destas é menos expressiva do que o investimento, realizado sobretudo pelo Estado chinês, e o consumo final, atingindo valores negativos em meados das décadas de 1980 e 1990. O motivo para tal desempenho é o grande volume de importações, impulsionado pela integração produtiva com a região asiática e a flexibilização das tarifas aduaneiras (NONNENBERG, 2010; SANTOS *et al.*, 2013).

¹² “[...] enquanto as exportações desses produtos [de alta intensidade tecnológica] cresceram 3.334% no período [entre 1990 e 2005], as importações cresceram 2.072%. Isso sugere que a China deve estar reduzindo o componente importado utilizado na produção desses bens, o que equivale a dizer que o valor adicionado domesticamente nessa categoria de produtos está aumentando” (NONNENBERG *et al.*, 2008, p. 12).

Em contrapartida, uma das vantagens da inserção externa via *trade account* (comércio exterior) foi a obtenção de divisas internacionais, o que fortaleceu o sistema financeiro doméstico e tornou a China a maior detentora de moedas estrangeiras, bem como uma das principais nações credoras do mundo, inclusive dos Estados Unidos (MAH, 2013). “O enorme crescimento das exportações a partir de 2001 resultou num contínuo crescimento dos saldos externos da China. [...] suas reservas internacionais, que eram inferiores a US\$ 150 bilhões até 1998, saltaram para US\$ 2 trilhões no final de 2008” (NONNENBERG, 2010, p. 212). Esta considerável reserva permite o financiamento dos grandes projetos nacionais e internacionais empreendidos pelo país, além de consagrar a China como um centro financeiro de relevância mundial (OURIQUES, 2013).

3.3 ANOS 2000: O INGRESSO NA OMC E ASCENSÃO COMO POTÊNCIA COMERCIAL

Conquistando o posto de maior exportador mundial desde 2009, a China apresentou um aumento vertiginoso do volume comercializado com o exterior desde as reformas, saltando de 20,6 bilhões de dólares em 1978 para 3 trilhões de dólares em 2010 (LI, 2012). Deste ano em diante, o país sustenta a colocação de segundo maior comerciante¹³ do globo; entre 2010 e 2019, teve crescimento médio anual de 5,8% no volume de comércio exterior, segundo o relatório *World Trade Statistical Review 2020*¹⁴.

O *boom* das exportações chinesas, de acordo com Nonnenberg *et al.* (2008), advém de três fatores principais: a competitividade associada ao baixo nível salarial no país; a agregação nacional de valor aos produtos exportados de economias asiáticas, complementares à produção chinesa e a desvalorização cambial praticada pelo governo desde a década de 90. Outro fator que contribuiu para o volume expressivo das trocas com o exterior foi a admissão da China na OMC, ratificada em dezembro de 2001.

A adesão à OMC permitiu que a China se integrasse totalmente ao mercado global, liberando seu potencial como potência comercial. Consequentemente, entre 2001 e 2008, o comércio da China cresceu exponencialmente com importações e exportações ultrapassando a marca de US\$ 1 trilhão em 2008 (LI, 2012, p. 27, tradução nossa).

Com acesso facilitado ao mercado dos 142 demais integrantes da OMC, a China consolidou seu modelo de crescimento amparado pelo comércio exterior, que desde 2002 é

¹³ Considerando o comércio de bens e serviços comerciais.

¹⁴ Documento que contém estatísticas referentes ao comércio global elaborado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

responsável por aproximadamente 50% do PIB (LI, 2012). Somado a isso, com o respaldo em termos de credibilidade e segurança conferido pela instituição multilateral, o país passou a receber um fluxo de investimentos estrangeiros ainda maior após 2001 (NONNENBERG, 2010). Segundo Nonnenberg (2010), o IDE direcionado ao país saltou de US\$ 265 milhões em 1981 para US\$ 138 bilhões ao final de 2007. Atualmente, o gigante asiático é o segundo maior recipiente de IDE do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2019, o influxo de IDE para China foi de 141 bilhões de dólares, segundo a UNCTAD¹⁵ (2020).

Inicialmente, o principal destino dos IDEs eram as ZEEs, tendo em vista os diversos benefícios conferidos às empresas que ali se instalavam. Todavia, além do ambiente favorável aos negócios nestas áreas, existem outras vantagens que tornam o investimento na China atrativo, como o baixo custo de mão-de-obra, câmbio desvalorizado, isenção de impostos para insumos de bens destinados ao mercado externo, localização próxima às demais cadeias produtivas da Ásia e o tamanho do mercado chinês, cujo consumo tende a aumentar nos próximos anos (NONNENBERG *et al.*, 2008).

Além de receber aportes estrangeiros, existem políticas de incentivo para a internacionalização de empresas de base chinesa, ainda que exista potencial de ampliação do mercado doméstico (consumo interno) (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Ademais, a crise financeira de 2008 e o agravamento de desequilíbrios já existentes na economia chinesa apontaram para a necessidade de diversificar parceiros comerciais, bem como rever as prioridades na alocação de investimentos estatais. Nesse sentido, em 1999, o governo chinês instituiu a política *Going Global*, promovendo a internacionalização de empresas públicas e privadas do país nos anos seguintes.

As principais medidas de políticas de apoio à internacionalização das empresas adotadas na China são: incentivos financeiros, incentivos fiscais, apoio informacional, assistência técnica e outros serviços, criação de *comfort zones* e acordos internacionais. A existência de estratégia de expansão produtiva em função dos objetivos da política industrial do país e da sustentabilidade do balanço de pagamentos controlou o ritmo e a direção do IDE chinês e condicionam o grau de intervenção do Estado nesse processo. À medida que a restrição externa foi sendo aliviada pelo acúmulo de reservas, a política de saída de IDE foi sendo flexibilizada. A direção setorial desses investimentos foi condicionada pelas prioridades da política industrial, que utilizou ampla gama de incentivos para tanto (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 331).

Conforme Mah (2013, p. 51), “[...] para o governo chinês, a estratégia de globalização das empresas chinesas (principalmente estatais) é o caminho para torná-las competitivas no

¹⁵ Sigla para United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, em português). Dado disponibilizado através do relatório o *World Investment Report 2020*.

mercado internacional e ajudar o país a obter os recursos minerais de que necessita”. Assim, a administração chinesa promove a compra de empresas estrangeiras, no intuito de incorporar suas tecnologias e conhecimentos de gestão, potencializando seus resultados como “campeãs nacionais”.

A China é hoje uma das principais investidoras estrangeiras, tendo os seus investimentos no exterior subido de 2,7 bilhões de dólares em 2002 para 77,2 bilhões de dólares em 2012. [...] a Europa foi, neste ano, a principal beneficiária de investimentos de empresas chinesas, tendo recebido 12,6 bilhões de dólares, mais do que a Ásia e os Estados Unidos juntos (MAH, 2013, p. 48-49).

É importante ressaltar que, além dos investimentos produtivos, a China também tem atuado nos países em desenvolvimento através da ajuda financeira, principalmente no continente africano. Segundo Mah (2013), iniciativas como o Fórum da Cooperação China-África (FOCAC) e negociações visando a criação de um Fundo Monetário Asiático e de um banco em prol do desenvolvimento juntamente com demais membros do BRICS¹⁶, possibilitam que a nação amplie sua esfera de influência na governança econômica global, representando uma alternativa de ajuda financeira às instituições multilaterais tradicionais, como Banco Mundial e FMI.

A membresia da China na OMC também impulsionou o processo de inovação institucional em curso desde 1978. Conforme Tao e Lu (2018), a inserção do país em um cenário globalizado, determinado pela lógica da cooperação e competição internacional, exigiu que o processo reformista fosse marcado por uma abertura ao exterior a nível institucional, não apenas econômico e financeiro. Assim, “um ambiente social, incluindo infraestrutura, transporte e comunicação, educação, capital humano, eficiência administrativa, leis e regulamentos, etc., foi fomentado para promover o desenvolvimento de uma economia voltada para o exterior” (TAO; LU, 2018, p. 40, tradução nossa).

O conjunto de reformas, abertura e a participação chinesa em fóruns internacionais, a exemplo da OMC, demonstram o compromisso do governo central em atuar a favor da globalização, ampliando gradualmente sua integração com o mundo. Em um discurso realizado em 2002 acerca das relações sino-estadunidenses, o presidente do *think tank China Reform Forum*, Zheng Bijian, enfatizou o posicionamento chinês em prol da cooperação com os demais países, principalmente na esfera econômica, ao mesmo tempo em que mantém seu projeto

¹⁶ Acrônimo para Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul (a partir de 2011), criado pelo economista Jim O’Neil para designar as principais economias emergentes no início do século XXI. Em 2010, a soma do PIB destes países representou 18% da economia mundial (IPEA, 2014).

autônomo de crescimento em primeiro plano – o que Zheng (2005) descreveu como “ascensão pacífica”.

Ao longo de mais de duas décadas de reforma e abertura, a China encontrou um novo caminho de desenvolvimento. Esse caminho totalmente novo apresenta o nosso desenvolvimento em conexão com a globalização econômica, em vez de um isolamento desta (para não dizer em confronto com ela), e a construção do socialismo com características chinesas de forma independente. Para elaborar o tema, acredito que um caminho tão novo precisa contar com nosso próprio desenvolvimento, desenvolvimento de mercado e abertura, inovação institucional, ajuste estrutural, participação ativa na globalização econômica e relações de benefício mútuo e reciprocidade com países associados em prol de uma situação ganha-ganha. Este é realmente um novo caminho para a China – um caminho de ascensão pacífica (ZHENG, 2005, p. 10, tradução nossa).

Apesar do discurso favorável à integração econômica e uma estrutura institucional voltada ao exterior, desde sua entrada na OMC, a China figura entre os países com maior incidência de medidas compensatórias e *antidumping* (LI, 2012). Todavia, o autor avalia que, no período recente, a China demonstrou uma postura de cooperação e adequação às normas da Organização, sinalizando seu apoio e compromisso com o multilateralismo no âmbito comercial.

Em várias ocasiões, os líderes chineses expressaram sua vontade de abordar essas questões e contribuir para a estabilidade da economia global. Além disso, a experiência recente da China com o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC sugere que o país está gradualmente internalizando os princípios de justiça e não discriminação consagrados pelo regime multilateral de comércio, comprometendo-se a cumprir com todas as decisões do OSC e corrigir suas políticas inconsistentes com a OMC em vários casos (LI, 2012, p. 31, tradução nossa).

A decisão de participar ativamente da globalização e expandir seus laços comerciais com o mundo é estratégica para o país, refletindo o caráter da inserção externa chinesa. “A ascensão da China como superpotência comercial não apenas fortalece suas relações econômicas com o mundo e o regime de comércio global como um todo, mas, ao mesmo tempo, ajuda a China a atingir seus próprios objetivos de reforma econômica doméstica” (LI, 2012, p. 31, tradução nossa). Sob um ponto de vista similar, Pires e Mattos (2016) entendem que,

Diferentemente da extinta União Soviética, o desenvolvimento chinês ocorreu dentro dos parâmetros da economia capitalista liderada pelos Estados Unidos, o que a coloca como uma das principais beneficiárias do processo de globalização, cujos frutos desabrocharam com maior vigor após o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). É essa capacidade material que faz com que a China possa hoje buscar um maior grau de autonomia nas decisões internacionais e uma relação em pé de igualdade com os Estados Unidos (PIRES; MATTOS, 2016, p. 86).

Com efeito, a China conseguiu superar sua posição periférica, seguindo a teoria de Wallerstein (2004), além de exercer influência considerável sobre a atual DIT a partir de seus investimentos no exterior e seu alto poder de demanda, tendo em vista a pressão altista que causou no preço das commodities no início dos anos 2000 (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Cunha e Appel (2014) sustentam um argumento semelhante:

Mesmo sabendo que a China aderiu à Organização Mundial do Comércio (2001) e aparentemente joga as regras do jogo capitalista e do comércio internacional, acredita-se que o controle desproporcional do Estado sob o fluxo de investimentos e empréstimos na economia, bem como a participação majoritária do Estado em vários setores chave da economia, empresta ao governo chinês capacidade *sui generis* de superar restrições ao desenvolvimento que a maioria dos países emergentes ainda enfrentam. É por isso que, diferentemente do Japão e da Coreia do Sul, a ascensão chinesa promete chacoalhar mais intensamente as relações Centro-Periferia, além de apresentar-se como uma alternativa ideológica à Pax Americana (CUNHA; APPEL, 2014, p. 98).

Considerando a discussão dos capítulos 2 e 3, foi identificado que a autonomia chinesa em determinar sua estratégia nacional de crescimento constitui um diferencial deste país em relação aos demais. O país teve êxito em atrair para seu território os deslocamentos produtivos e investimentos estrangeiros característicos da globalização, incorporando novas tecnologias e formas de gestão empresarial. O caráter gradual e moderado das reformas e da abertura possibilitou que a China mantivesse o controle do processo modernizante, conduzindo sua integração com o mundo de forma alinhada ao planejamento nacional e negando a adoção de práticas neoliberais, como fizeram as economias latinas. Este é um dos motivos para o sucesso da nação em firmar-se no mundo como uma potência soberana, capaz de se projetar na economia mundial como um *player* de destaque, ao mesmo tempo em que lidera seu crescimento econômico de forma autônoma.

4 O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS

Alinhado com o objetivo geral do projeto, o capítulo a seguir dedica-se a compreender quais os impactos do rebalanceamento econômico chinês na inserção externa do país no século XXI. Como visto no capítulo anterior, o gigante asiático engajou-se em uma série de reformas estruturais de modo vincular sua economia com o restante do mundo e promover uma inserção internacional, baseada principalmente no comércio exterior. Contudo, o processo reformista não é estático; a implementação de novas medidas segue uma lógica de experimentação e avaliação de resultados (CINTRA; PINTO, 2017). No longo prazo, isto gera aprendizados contínuos aos *policy makers* responsáveis pela estratégia de desenvolvimento e pelos grandes projetos estruturantes a ela associados, também possibilitando a reformulação e correção das políticas estatais quando necessário.

Tendo isso em vista, o capítulo a seguir contém uma avaliação dos desequilíbrios socioeconômicos presentes na China e sua relação com a crise financeira global de 2008. Estes aspectos são determinantes para compreender como se origina a necessidade de equalizar a economia chinesa. Em seguida, aborda-se o rebalanceamento econômico em curso na potência oriental, evidenciando suas características conforme três principais indicadores: consumo doméstico, setor terciário e tecnologia e inovação. Por último, serão discutidos os impactos que esta transição econômica gera para a inserção externa da China no século atual.

Segundo Cintra e Pinto (2017), as transformações a nível doméstico reconfiguram as relações internacionais da China em suas diversas esferas, como política, econômica, diplomática e financeira. Neste estudo, o destaque é atribuído apenas à dimensão econômica, considerando dois canais de integração da economia chinesa com o mundo: o comércio exterior e os IDEs voltados para fora do país.

4.1 A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E OS DESEQUILÍBRIOS NA ECONOMIA CHINESA

A crise financeira global de 2008, originada nos Estados Unidos, teve impactos significativos para a economia mundial, principalmente nos países europeus, cuja participação no sistema financeiro estadunidense era expressiva. A China, que à época apresentava um alto

grau de internacionalização da economia¹⁷, também sofreu consequências negativas, como queda no volume de exportações e importações, diminuição na taxa de crescimento real do PIB, além de tornar-se o principal alvo de medidas protecionistas dos demais países (direta ou indiretamente) após a crise (LI, 2012). Em suma, a retração na demanda mundial gerada pela crise de 2008 representou uma ameaça ao modelo de crescimento chinês, pautado fortemente nas exportações.

Como resposta à crise, a administração central chinesa adotou um conjunto de reformas estruturais com intuito de “diversificar a estrutura econômica, flexibilizar o mercado de trabalho, fortalecer as redes de proteção social, promover maior participação e competição do setor privado na economia e desenvolver um mercado de capitais mais eficiente” (LI, 2012, p. 29, tradução nossa). Segundo Li (2012), a medida central do governo foi a sanção de um pacote de estímulos ao final de 2008, avaliado em 570 bilhões de dólares (equivalente a 4 trilhões de *yuans*) e voltado para dois objetivos principais: impulsionar o consumo interno e corrigir certos desequilíbrios estruturais na economia.

O pacote de estímulos financiou programas em áreas como habitação à população de baixa renda, infraestrutura rural, água, eletricidade, transporte, meio ambiente, inovação tecnológica e reconstrução de desastres naturais. Seu objetivo era compensar a desaceleração das exportações e investimentos em meio às condições econômicas globais, aumentando o consumo doméstico, mudança há muito defendida por analistas da economia chinesa e membros do governo. Além de impulsionar o consumo, o pacote de estímulos também visava superar diversos desequilíbrios estruturais. Por exemplo, a prioridade foi alocada em investimentos e projetos de tecnologia limpa e “inovação nativa”. Serviços sociais como saúde e educação foram expandidos para aprimorar o capital humano e facilitar o movimento do excedente de trabalho de setores com baixa produtividade para outras atividades, sobretudo o setor de serviços (LI, 2012, p. 29, tradução nossa).

Além do pacote de estímulos, outra iniciativa implementada com vistas à superação da crise financeira foi a diversificação de parceiros comerciais da China. Considerando a recessão econômica verificada nos Estados Unidos e na União Europeia, a expansão do comércio com mercados emergentes e países em desenvolvimento compensaria a queda na demanda por produtos chineses nas regiões centrais. Nesse sentido, foram firmados acordos bilaterais e de livre comércio (ALCs) com Cingapura, Paquistão, Nova Zelândia, Chile, Peru, Costa Rica, Hong Kong, Macau, Taiwan, Índia, Coreia do Sul, Japão, Paquistão e Brasil, além de negociações com demais países (LI, 2012).

[...] o comércio da China com os países da ASEAN [sigla em inglês para *Association of Southeast Asian Nations*], Brasil, Rússia, África do Sul e Índia durante o ano [de

¹⁷ Segundo Oliveira (2008), o grau de abertura da China, medida pela razão entre o total de bens e serviços exportados e importados e o PIB, era de aproximadamente 69%.

2010] aumentou em 37,5%, 47,5%, 43,1%, 59,5% e 42,4%, respectivamente, enquanto os números dos parceiros comerciais tradicionais como o Japão, a União Europeia e os Estados Unidos ficaram próximos a 30% (LI, 2012, p. 29, tradução nossa).

As reformas conduzidas nos âmbitos externo e interno garantiram uma rápida recuperação da economia chinesa, se comparada aos países centrais. A partir da ampliação do consumo interno conferido pelo pacote de estímulos e da diversificação do comércio exterior, “[...] a China foi um dos primeiros países a se recuperar da recessão econômica global, alcançando um crescimento anual do PIB de 8,7% em 2009, superando o nível previsto pela maioria dos analistas um ano antes” (LI, 2012, p. 29, tradução nossa). O status de superpotência comercial, nos termos de Li (2012), persiste até o momento atual: a China ocupa o posto de maior exportador mundial desde 2009, além de ser o segundo maior importador do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Conforme Chu (2010, p. 307, tradução nossa), “a performance econômica chinesa [...] se tornou um importante motor de crescimento para o mundo durante a crise financeira e econômica global”. A partir do colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos e das nações europeias, a taxa de crescimento chinesa sofreu uma desaceleração, variando entre 6 a 7% ao ano na década de 2010. Mesmo assim, a performance do gigante asiático foi superior à economia mundial, que apresentou um crescimento médio anual de 3,3% entre 2009 e 2018 (MANZI; VIOLA, 2020).

Ao avaliar as possíveis causas desse desempenho, Chu (2010) destaca a capacidade do governo chinês em estimular a demanda agregada de forma rápida, eficiente e em larga escala, ação intimamente ligada ao projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo¹⁸. Além disso, outro diferencial da economia chinesa é seu sistema financeiro, isolado dos demais e capaz de fornecer crédito com maior flexibilidade mesmo durante a crise, graças ao baixo grau de endividamento externo e interno (CHU, 2010).

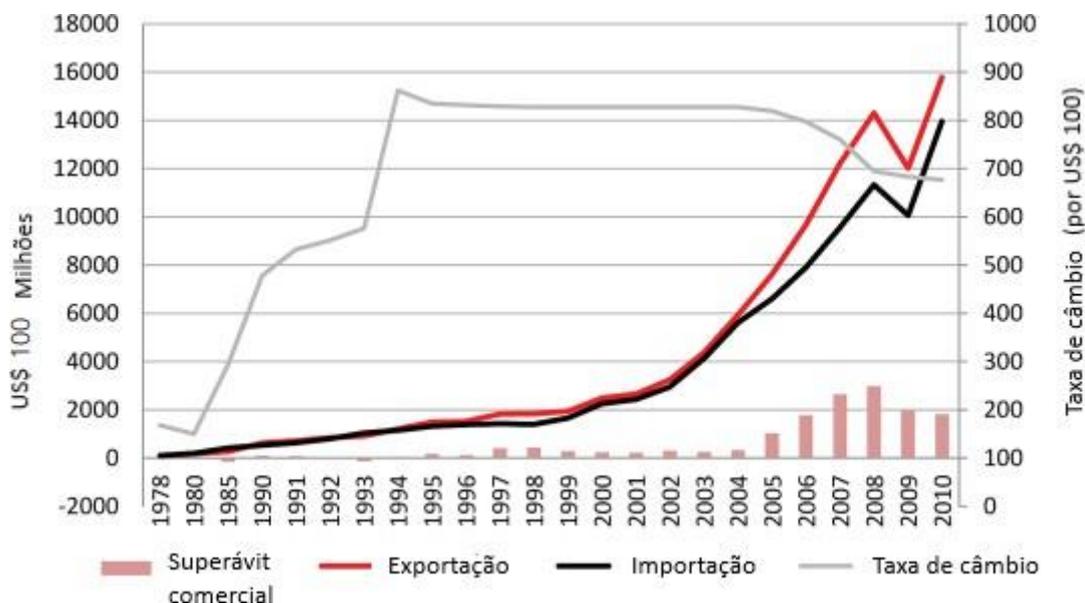
Sob um outro ponto de vista, os pesquisadores Cai, Du e Wang (2009) atribuem a rápida recuperação econômica da China ao caráter indireto dos impactos gerados pela crise de 2008. Ademais, os autores argumentam que a desaceleração econômica do país não resultou do choque externo, mas foi provocada sobretudo pela retração do investimento, política pública destinada ao controle da inflação. Portanto,

¹⁸ “A habilidade da China em estimular a demanda agregada eficientemente é baseada em seu mecanismo de promoção do crescimento no longo prazo” (CHU, 2010, p. 308). Na visão de Chu (2010), as metas do planejamento central chinês são o ponto chave para compreender a autonomia macroeconômica do país e os resultados positivos referentes ao seu crescimento econômico desde as reformas de 1978, bem como a recuperação da China no período pós-crise de 2008.

Os impactos diretos da crise financeira sobre a China são limitados. Quando da eclosão da crise, apenas algumas empresas relataram perdas patrimoniais, uma vez que a abertura do setor financeiro tem sido limitada. O impacto real da crise sobre a China se dá principalmente por meio de um canal indireto. O encolhimento da demanda nos países desenvolvidos afetou intensa e negativamente o setor de exportações, o que resultou no fechamento de empresas nas áreas costeiras, a região mais desenvolvida do país. Considerando que a maioria destas empresas são intensivas em mão de obra, o impacto ocorreu no mercado de trabalho e não no crescimento econômico em si (CAI; DU; WANG, 2009, p. 115).

Apesar de sustentar taxas de crescimento anual relativamente altas, a crise financeira de 2008 trouxe consequências negativas para a economia chinesa, aprofundando certas incoerências estruturais. Li (2012) enfatiza a existência de desequilíbrios na economia do gigante asiático, relacionados sobretudo à estrutura de comércio exterior e às questões socioeconômicas do país. Em primeiro lugar, o expressivo superávit na balança comercial chinesa, acentuado principalmente após 2005 (ver gráfico 1), denota um crescimento das exportações mais acelerado do que as importações do país. Este resultado gerou acusações de manipulação cambial por parte da comunidade internacional, sobretudo no fórum da OMC.

Gráfico 1 - Volume do comércio exterior chinês e a taxa de câmbio, 1978-2010



Fonte: Li, 2012, p. 26.

Ainda em relação ao comércio exterior, o modelo de crescimento pautado em exportações de baixo valor agregado, predominante até 2008, é insustentável a longo prazo, à medida que bens provenientes de indústrias de baixa tecnologia e/ou intensivas em trabalho perdem competitividade no comércio internacional (LI, 2012). Dentre as principais causas estão o crescimento menos acelerado da força de trabalho e aumento do custo salarial, como apontado

por Li (2012). Ademais, as relações comerciais da China concentram-se em um grupo limitado de países: os 10 principais parceiros¹⁹ representavam 80,7% das exportações e 72,3% das importações em 2008. “A forte dependência comercial expõe a China a riscos muito maiores durante recessões econômicas resultantes de choques sistêmicos e estruturais na economia global, como a crise financeira mais recente em 2008” (LI, 2012, p. 28, tradução nossa). Apesar disso, a análise histórica apresentada por Li (2012) acerca da representatividade deste grupo no comércio exterior chinês demonstra uma queda de 2001 em diante, embora o volume absoluto de trocas comerciais tenha crescido.

O cenário socioeconômico também é marcado por desequilíbrios, que colocam em risco a estabilidade interna do país. Segundo a base de dados das Nações Unidas, a China atingiu seu coeficiente de Gini²⁰ mais alto em 2010 (0,437²¹), ano em que foi considerada a quarta nação mais desigual do mundo (LI, 2012). Considerando que o índice de Gini em 1990 foi o mais baixo da série histórica²² (0,322), tal resultado demonstra uma piora relativa da distribuição de renda. Apesar da redução da pobreza e da desigualdade entre campo e cidade figurarem como diretrizes centrais do planejamento estatal, através de ações voltadas à redução do desemprego (JABBOUR, 2019), a disparidade econômica do país persiste por conta das oscilações nos níveis de renda urbana e rural.

A desigualdade de renda entre zonas urbanas e rurais caiu no início das reformas e em meados da década de 1990, assim como a pobreza. Esta desigualdade intensifica-se entre 1986 e 1994 e no final da década de 1990. Dado que parte expressiva da pobreza absoluta chinesa está nas zonas rurais e que o *gap* em relação às zonas urbanas é a fonte principal de desigualdade nacional, não é de estranhar que pobreza e desigualdade de renda estejam sobrepostas na história reformista chinesa (MEDEIROS; MORAIS, 2011, p. 107).

Segundo dados do *China Statistical Yearbook* (2020), a renda média em áreas urbanas era 2,64 vezes maior do que na zona rural em 2019. De acordo com Dantas (2014), a adoção de um modelo de crescimento econômico pautado na produção (e menos no consumo), promovida nos anos 1990, resultou na deterioração do poder aquisitivo dos habitantes rurais em

¹⁹ São eles: Japão, EUA, União Europeia, Hong Kong, países da ASEAN, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Rússia e Canadá, conforme Li (2012).

²⁰ O coeficiente de Gini é um indicador que mede a concentração de renda, calculado a partir da diferença de renda dos indivíduos mais pobres e dos mais ricos. Ele varia de 0 (situação de igualdade) a 1 (situação de extrema desigualdade), de acordo com IPEA (2004).

²¹ O valor apresentado pelo *National Bureau of Statistics* (através dos relatórios anuais, denominados *China Statistical Yearbooks*) é diferente: o coeficiente de Gini mais alto atingido pela China foi 0,491, em 2008. Segundo dados oficiais, desde então houve uma queda no indicador, chegando a 0,462 em 2015, o que representou um avanço na igualdade de renda. No relatório de 2021, atualização mais recente deste dado, o coeficiente de Gini em 2020 foi de 0,468, sinalizando uma maior desigualdade de renda em relação aos valores de 2015 em diante.

²² Considerando os anos em que o coeficiente de Gini estava disponível na base de dados das Nações Unidas.

comparação à população urbana. Analogamente, o boom das exportações verificado sobretudo no início dos anos 2000 acentuou o grau de dependência externa, desbalanceando a economia (LI, 2012). Por último, desafios relacionados à proteção ambiental, como os efeitos da poluição e extração excessiva de recursos naturais, compõem o rol de desequilíbrios a serem gerenciados pelo planejamento central chinês (LI, 2012).

De forma semelhante, Chu (2010, p. 310, tradução nossa) ressalta que, no período recente, a China está “repleta de desequilíbrios nos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais”. O estudioso analisa que o crescimento econômico chinês após a crise de 2008 dependerá sobretudo da demanda doméstica, vista a retração na demanda mundial por exportações. Para tal, Chu (2010) aponta para a necessidade de o governo central solucionar problemas internos em duas frentes: econômica e política. O modelo de crescimento será sustentável do ponto de vista econômico e político a partir da melhoria nas condições de vida e salário dos trabalhadores chineses e da resolução dos conflitos com as minorias étnicas do país, respectivamente (CHU, 2010).

É possível interpretar que a recuperação da economia chinesa no período posterior à crise de 2008 foi bem sucedida por conta da rápida resposta do governo, concretizada através do pacote de estímulos avaliado em 4 trilhões de *yuan*s. O sistema financeiro, respaldado pelo acúmulo de reservas internacionais, aliado a uma abertura gradual e condicionada à estratégia nacional, compõem a estrutura econômica diferenciada da China, capaz de garantir ao país maior autonomia e agilidade em sua reação contra choques externos. Por fim, além de impulsionar o consumo interno de modo a compensar a queda na demanda mundial, o momento de crise também foi encarado como uma oportunidade de corrigir desequilíbrios estruturais do país, a nível econômico e social. Nesse contexto, o governo central chinês adotou medidas em prol do rebalanceamento da economia, com vistas a um crescimento sustentável a longo prazo e compatível com o atual quadro da economia mundial.

4.2 O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA NA ATUALIDADE

O cenário atual é marcado pela desaceleração cíclica na economia global, que ainda se recupera da crise financeira de 2008 e, mais recentemente, da pandemia do COVID-19. Sob esse prisma, cria-se uma incongruência entre as elevadas taxas de crescimento da economia chinesa, variando de 6 a 7% ao ano, e a queda na demanda mundial (NOGUEIRA, 2020). Logo, torna-se insustentável do ponto de vista econômico manter altas taxas dos investimentos estatais, sob o risco de estes perderem progressivamente sua rentabilidade (NONNENBERG,

2010). Por esta razão, argumenta-se que a fonte de crescimento e dinamismo na economia chinesa devem estar ancorados no seu potencial inovador, além de incentivarem o consumo de seu gigante mercado interno. Ademais,

Em termos de estratégia econômica, o rebalanceamento da economia chinesa requer a mudança da predominância da indústria, investimento e exportação em direção a serviços e consumo doméstico. Essa mudança requererá maior crescimento de setores intensivos de trabalho e não de capital, com maior criação de empregos urbanos (DAMAS, 2014, p. 119).

Os desequilíbrios enfrentados pela economia chinesa, apontados na seção anterior com base nos estudos de Chu (2010) e Li (2012), estão associados sobretudo à estrutura de comércio exterior do país, ao grande peso dos investimentos estatais no crescimento econômico e às questões socioambientais. Considerando a importância da demanda internacional – com destaque para a demanda dos mercados emergentes – para escoar a produção excedente da potência oriental, a resolução destes implica em políticas voltadas tanto para assuntos domésticos quanto externos. Desta forma,

Esses desequilíbrios mostraram que a substituição pura e simples do mercado externo pelo mercado interno enquanto fonte de dinamismo seria insustentável em médio prazo. Assim, o governo chinês vem tentando construir um novo projeto de inserção externa, que permita aumentar as exportações dos bens sobranes no curto prazo e ampliar a importância da presença geopolítica chinesa em médio prazo (SCHERER, 2015, p. 42).

Manzi e Viola (2020) ressaltam que, sobretudo nos anos posteriores à crise financeira de 2008, cresceram os desafios em relação à globalização econômica. Após 2008, a recessão econômica e a reação protecionista dos países em resposta à crise levaram a uma queda nos níveis de comércio internacional. Um avanço mais significativo da integração dos mercados globais também foi impedido por outros fatores, a exemplo da guerra comercial entre Estados Unidos e China, o aumento de regimes nacionalistas e a falta de consenso entre lideranças políticas nas negociações em favor da liberalização comercial encabeçadas por organizações multilaterais, como a OMC (MANZI; VIOLA, 2020).

Apesar do planejamento doméstico sinalizar a redução do peso atribuído às exportações no crescimento do PIB, a política chinesa mantém seu posicionamento favorável à internacionalização de sua economia e ao fomento do regime multilateral de comércio. Segundo Mah (2013, p. 52), o documento “China 2030: Construindo Uma Sociedade Moderna, Harmoniosa e Criativa”, dentre outras resoluções, enfatiza o compromisso do país em “assegurar a continuação da sua integração nos mercados globais”. O país também estimula a

integração em escala regional, investindo em megaprojetos de infraestrutura no entorno asiático, a exemplo da Nova Rota da Seda²³.

Com o enfraquecimento da liderança estadunidense, a China desponta como uma das principais promotoras da globalização e do multilateralismo. Contudo, a política chinesa não demonstra pretensão de substituir os EUA em seu papel como potência hegemônica e desestabilizar a ordem mundial.

Mesmo que a China mantenha sua força econômica e ganhe a liderança econômica do mundo no século XXI, fornecendo uma solução temporária para a crise contemporânea da economia mundial capitalista, ela não liderará um novo sistema interestatal. Em vez disso, liderará o sistema interestatal existente estabelecido pelos Estados Unidos (KARATASLI; KUMRAL, 2017, p. 6-7).

A partir do panorama geral traçado acima a respeito do rebalanceamento econômico chinês, as seções a seguir dedicam-se à compreensão das principais características desta transformação nos vetores do crescimento chinês a longo prazo. Para tal, foram elencados três indicadores principais que recebem maior enfoque no planejamento central do país, gerando mudanças que refletem na inserção externa da potência asiática. São eles: o consumo doméstico, o setor terciário e as áreas relacionadas à tecnologia e inovação.

4.2.1 Consumo doméstico

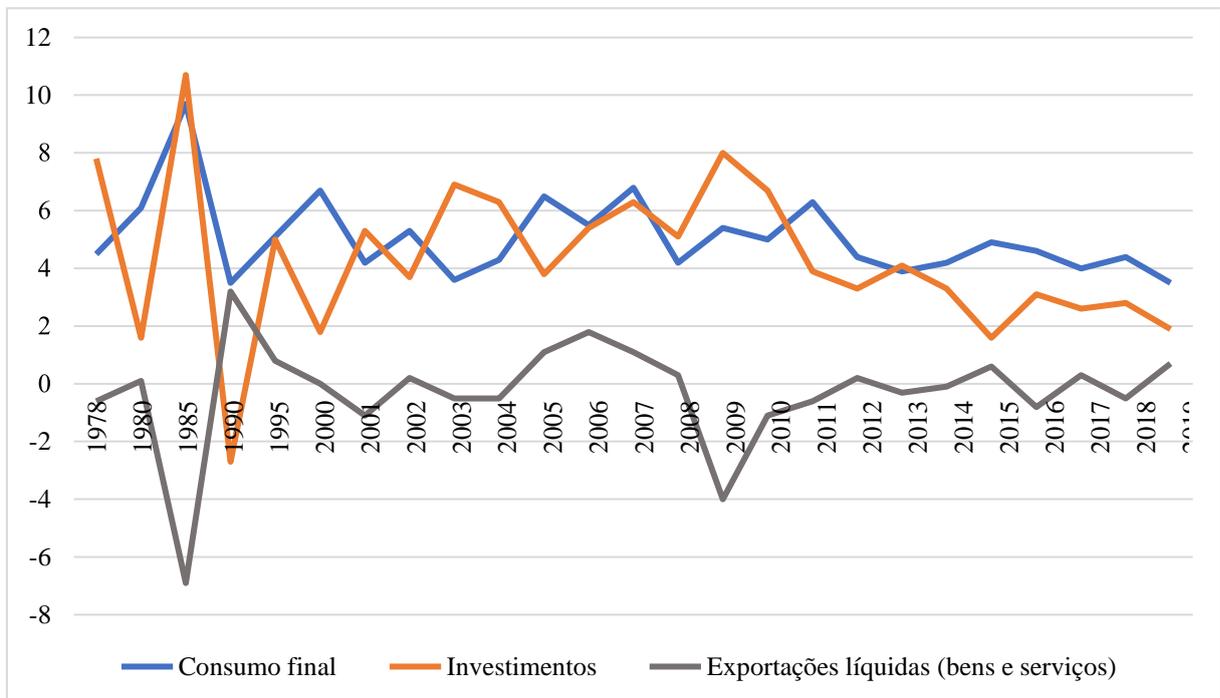
Hiratuka (2018) destaca que a mudança para um padrão de crescimento sustentado primordialmente pelo consumo interno, reduzindo a participação dos investimentos estatais, concretiza-se de fato no 13º Plano Quinquenal (vigente entre 2016 e 2020). Todavia, as autoridades chinesas já haviam sinalizado desde o 11º Plano Quinquenal a intenção de conferir maior destaque ao consumo interno na estratégia de desenvolvimento, reduzindo o peso dos investimentos estatais e das exportações (HIRATUKA, 2018).

Conforme Damas (2014), o consumo das famílias chinesas cresceu em termos absolutos, porém era superado pela superprodução industrial, que depende dos mercados externos para ser escoada. O autor demonstra que, entre 1990 e 2011, o consumo interno caiu de 50% para 34% do PIB. A reação do governo chinês à crise de 2008, implementando um pacote de estímulos e flexibilizando acesso ao crédito no sentido de impulsionar o nível de investimentos (sobretudo em infraestrutura), foi desfavorável à transição para um modelo de crescimento liderado pelo consumo interno, com menor participação dos investimentos estatais (DAMAS, 2014).

²³ Este tema será retomado e aprofundado na seção 4.3.

Na última década, a participação do consumo final no crescimento do PIB ultrapassou a dos investimentos a partir de 2014, sendo responsável por 4,2 pontos percentuais da taxa anual de crescimento (7,4%), como evidenciado no gráfico 2. Ademais, neste ano, o consumo representou 56,3% da composição do PIB, contra 45% referente aos investimentos e -1,3% das exportações líquidas (CHINA, 2020). Apesar da representatividade do consumo final ter crescido nos anos anteriores, chegando a 69% em 2015, este indicador se manteve em 57,8% do PIB em 2019; de qualquer forma, houve uma evolução considerável em relação ao início das reformas, em que sua participação se resumia a 38,7% do PIB (CHINA, 2020).

Gráfico 2 – Contribuição ao crescimento do PIB chinês (em pontos percentuais), 1978-2019



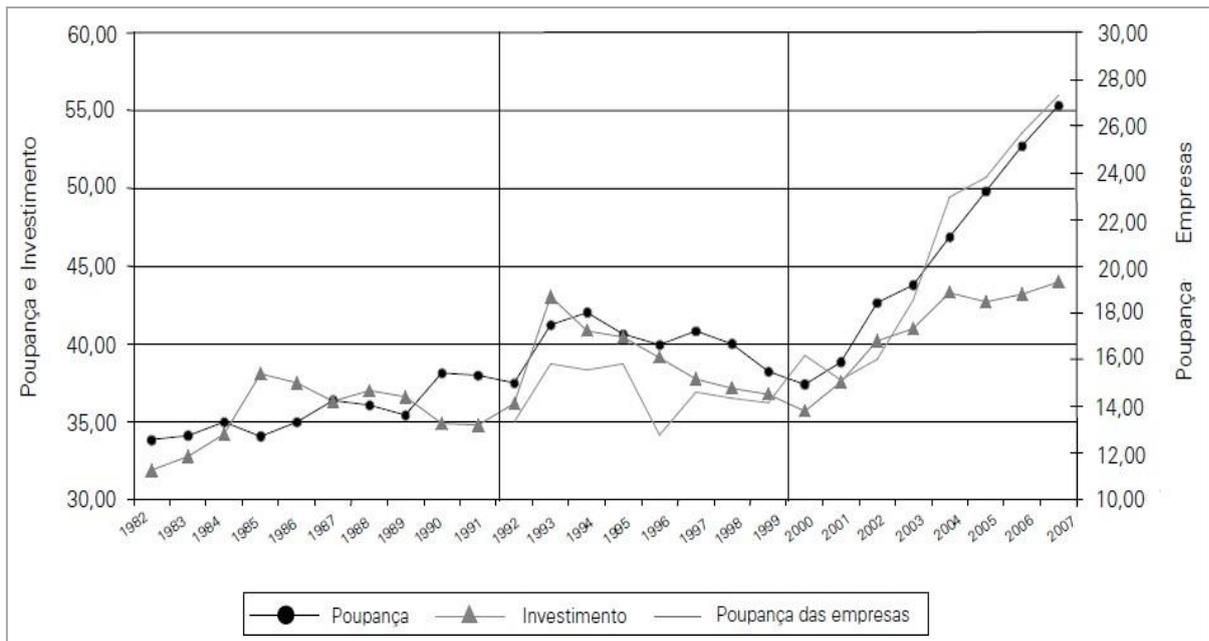
Fonte: Elaboração própria a partir de China, 2020.

O fomento do consumo doméstico depende da diminuição da poupança bruta, que engloba os valores referentes às famílias, às empresas e ao governo. Considerando o período de 2007 a 2008, os níveis de poupança representavam 52,8% do PIB, contra 42,9% dos investimentos (DAMAS, 2014). Nonnenberg (2010) aponta que, a partir de 2002, grande parte do aumento na poupança como um todo corresponde ao desempenho financeiro das empresas²⁴, como evidenciado no gráfico 3. Este fato demonstra que existe um potencial inexplorado no

²⁴ “As empresas, boa parte delas de propriedade do Estado, auferem lucros muito elevados, em razão do forte crescimento da atividade e de custos relativamente baixos. Não apenas os salários são baixos, mas diversos serviços públicos como energia, transporte e saneamento são subsidiados pelo Estado, principalmente nas ZEEs” (NONNENBERG, 2010, p. 215).

mercado interno chinês, o que é positivo para a estratégia de incrementar a participação do consumo na economia. Por este motivo, “políticas voltadas para ampliação dos gastos públicos em saúde, educação e previdência social terão como resultado reduzir a poupança do setor público e das famílias, elevando o consumo final” (NONNENBERG, 2010, p. 217).

Gráfico 3 – Participação da poupança e do investimento no PIB chinês (em porcentagem), 1982-2007



Fonte: Nonnenberg, 2010, p. 214.

De acordo com Damas (2014), a transição para um crescimento impulsionado pelo consumo doméstico também depende de políticas governamentais voltadas à maior transferência de renda à população. Deste modo, os incentivos ao investimento e subsídios fornecidos pelo Estado às empresas e às obras de infraestrutura devem ser revertidos em aumentos salariais, por exemplo (DAMAS, 2014). Em paralelo, Jabbour (2019) destaca que, na última década, houve uma preocupação maior do governo em alocar mais investimentos nos setores não produtivos da economia, como saúde, educação, seguridade social, etc.

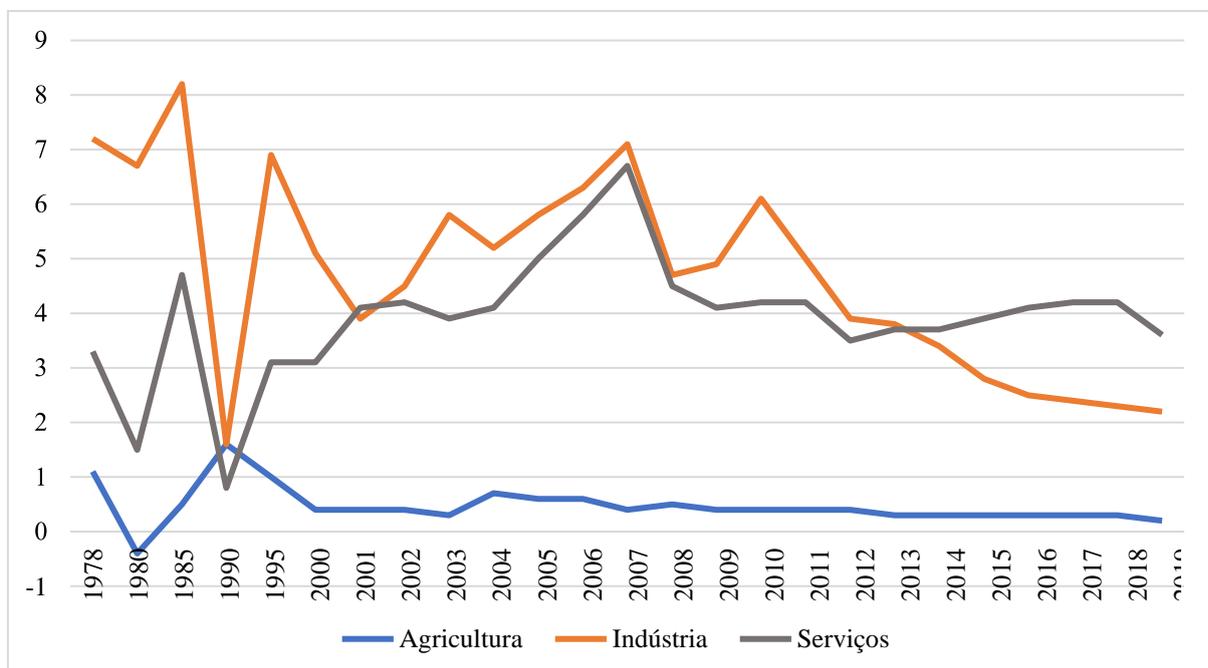
Nesse contexto, novas políticas divulgadas recentemente pelo Conselho de Estado chinês confirmam a intenção do PCC em corrigir estes desequilíbrios socioeconômicos, através de medidas em prol da redução da pobreza, melhorias na saúde materna e infantil, ampliar a cobertura de seguro saúde para toda população, entre outras. O *white paper* referente aos avanços no âmbito dos direitos humanos, publicado em setembro de 2019, apresenta alguns resultados dignos de nota: a expectativa de vida na China subiu de 65 para 77 anos entre 1978

e 2018; o país possui a maior cobertura de seguridade social do mundo, contemplando 89,6% dos cidadãos e a criação de 13 milhões de empregos anuais entre 2012 e 2018 (CHINA, 2019).

4.2.2 Setor terciário

Além do consumo interno, o crescimento da China privilegia mais o setor terciário (serviços²⁵) do que o secundário (indústria) na fase atual do rebalanceamento econômico (FANG; YANG; MEIYAN, 2009). A contribuição da indústria para o crescimento do PIB chinês, considerando o ano inicial das reformas, foi superior aos demais setores até 2013, exceto em 2001 (ver gráfico 4). Contudo, a partir de 2014, o desempenho do setor terciário superou o do setor secundário neste quesito, tendência que se mantém até o último ano analisado (2019). Em termos de composição do PIB, o segmento industrial foi predominante até 2012. Deste ano em diante, o setor de serviços tornou-se o mais representativo; em 2019, foi responsável por 53,9% do PIB chinês²⁶ (CHINA, 2020).

Gráfico 4 – Contribuição ao crescimento do PIB chinês por setor (em pontos percentuais), 1978-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de China, 2020.

²⁵ As atividades incluídas nesta categoria são: setor imobiliário, intermediações financeiras, transportes, hotelaria, construção civil, entre outras (CHINA, 2020).

²⁶ “Vale assinalar que a distribuição setorial das atividades econômicas em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, indica um peso do setor de serviços acima de 75%, algo que se repete nos países mais industrializados da Europa. Nesse sentido, é de se supor que o espaço para a China desenvolver este setor ainda é muito grande [...]” (PAULINO; PIRES, 2016, p. 15).

O projeto de urbanização em todo território nacional, associado à redução das desigualdades espaciais²⁷ entre o Oeste chinês e as áreas urbanizadas do litoral, também influencia a reconfiguração da estratégia de crescimento da China em direção à maior participação do setor de serviços. De forma específica,

Com a aceleração do processo de urbanização, existe uma tendência de crescimento da demanda por serviços, principalmente nas áreas urbanas que apresentam maior dinamismo econômico. Como o crescimento da produtividade do setor de serviços é mais lento em comparação ao industrial, a realocação de trabalhadores do campo para a cidade irá concentrar-se principalmente em atividades que envolvem a prestação de serviços (MANZI; VIOLA, 2020, p. 10).

De modo geral, o gráfico 4 demonstra que a indústria perdeu espaço para o setor de serviços nos últimos 8 anos. Particularmente, a estratégia de aumentar o conteúdo tecnológico nas exportações chinesas de forma progressiva gerou um menor estímulo às indústrias intensivas em mão-de-obra, a exemplo do setor têxtil. Entretanto, o governo conseguiu administrar a realocação de trabalhadores para as atividades associadas aos serviços, de modo que o nível de desemprego permaneceu baixo, em torno de 4% (CHINA, 2019). Tal resultado foi possível por conta da capacidade do setor terciário, que é 30% mais intensivo em trabalho do que o segmento industrial (MANZI; VIOLA, 2020).

De acordo com as estatísticas oficiais da China (2020), no período entre 1970 e 1993, o setor secundário empregava um número maior de cidadãos do que o setor de serviços; até então, a agricultura era líder em termos de população empregada. A partir desta data, o setor terciário passou a absorver mais trabalhadores chineses do que a indústria e, em 2010, tornou-se o principal setor empregador do país, superando a agricultura. Em 2019, este setor permanece na liderança, sendo responsável por empregar aproximadamente metade da mão-de-obra disponível, o que corresponde a um total de 367,21 milhões de pessoas (CHINA, 2020).

4.2.3 Tecnologia e inovação

A crise financeira de 2008 enfatizou a necessidade em reduzir a dependência externa do país, assentada sobretudo no modelo *export-led* característico dos anos 1990 e 2000, em que as exportações foram estimuladas de forma intensa. Tal transição implica alterações no sentido de

²⁷ “No 10º Plano Quinquenal (2001-2005), o ataque às desigualdades já tomou consistência com o lançamento pelas autoridades governamentais da Estratégia de Desenvolvimento da Região Grande Ocidente. [...] São seis as províncias abraçadas pela estratégia definida (Gansu, Guizhou, Qinghai, Shaanxi, Sichuan e Yunnan), mais cinco regiões autônomas (Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Tibete e Xinjiang) e uma municipalidade (Chongqing)” (MOREIRA NETO, 2005, p. 32).

“[...] sustentar o crescimento em torno do nível considerado o ‘novo normal’, de 6,5% entre 2016 e 2020. Nessa transição, um grande peso é dado ao aumento das atividades inovativas, com a taxa de investimento em P&D programada para atingir 2,5% em 2020” (HIRATUKA, 2018, p. 5). Além do incentivo à P&D, a China também investe de forma crescente em seu potencial inovador através da formação científica e tecnológica de seus cidadãos e de parcerias com outros países, a exemplo do Japão (OLIVEIRA, 2008; NONNENBERG, 2010).

A partir da discussão presente no capítulo 3, foi visto que a estratégia chinesa de desenvolvimento envolveu esforços no sentido de modernizar a estrutura produtiva do país, além das áreas de agricultura, C&T e forças armadas (conhecidas como as Quatro Modernizações). Desde o início das reformas, o país adotou medidas voltadas à melhoria da estrutura interna e à captação de recursos e conhecimentos externos, com objetivo de endogenizar a tecnologia e firmar-se como um centro de inovações. Além disso, beneficiou-se da integração com as cadeias produtivas asiáticas e do dinamismo destas economias para promover sua inserção externa. Como consequência positiva, o país conseguiu agregar valor de forma crescente em suas exportações de bens e serviços, elevando sua posição nas CGV.

No tocante ao comércio exterior, pode-se dizer que a imagem da China mundo afora vem mudando. Seu *status* de manufatureira de produtos de baixo valor agregado – vide os *Made in China*, está dividindo ou até mesmo perdendo espaço para um outro *status*, qual seja o de transição, onde a estrutura produtiva chinesa vem sofrendo radicais mudanças em prol do investimento na capacitação tecnológica – através de políticas de educação e da indústria de produtos de alto valor agregado (OURIQUES, 2013, p. 85-86).

Manzi e Viola (2020) destacam que, ao assumirem o status de renda média, os países geralmente enfrentam desafios relacionados ao aumento da produtividade na economia. À medida que a média salarial cresce, a estrutura de custos do país encarece, perdendo a competitividade no mercado internacional. Além disso, a oferta abundante de mão-de-obra se esgota naturalmente conforme a China avança na urbanização do espaço doméstico e a população das cidades torna-se maioria no país.

À medida que os ganhos de produtividade derivados da realocação de um trabalhador rural para a indústria vão perdendo fôlego, faz-se necessário articular outros motores para a sustentação do crescimento da produtividade. Isso comumente se faz com a conformação e a consolidação de um sistema nacional de inovação capaz de aperfeiçoar métodos, técnicas e insumos, bem como de introduzir novos produtos com potencial econômico emergente (NOGUEIRA, 2020, n.p.).

Com a rapidez dos avanços tecnológicos na era digital, o planejamento chinês tem privilegiado de forma crescente os investimentos em tecnologia e inovações disruptivas. Por conseguinte, a estratégia nacional tem como meta promover o *catching up* do país em relação

às economias mais avançadas e colocar a China à frente da 4ª Revolução Industrial²⁸ (MANZI; VIOLA, 2020). Nesse sentido,

[...] o governo chinês anunciou um plano de investimento em Pesquisa & Desenvolvimento em áreas críticas, tais como: energia limpa, *big data*, segurança cibernética, inteligência artificial e tecnologia militar. Muitas dessas áreas, já contavam com pesados investimentos governamentais, mas o Plano Quinquenal de 2015 elevou as metas estipuladas para gastos na área de Pesquisa e Desenvolvimento e em setores considerados estratégicos pelas lideranças políticas da China (MANZI; VIOLA, 2020, p. 22).

Em consonância com o exposto acima, Jabbour (2019) afirma que a China atingiu a fronteira tecnológica em diversas frentes, porém, no segmento de semicondutores, ainda enfrenta a forte concorrência dos Estados Unidos, líder deste mercado. De acordo com Nogueira (2020, n.p.), “a área de semicondutores é citada como estratégica para o alcance de posição segura e privilegiada nos segmentos de inteligência artificial, comunicação 5G e supercomputação – inclusive computação quântica”. Como será visto adiante, o fomento de inovações tecnológicas no âmbito doméstico também tem reflexos na inserção internacional do país, que busca consolidar-se como um *global player* no ramo da tecnologia, principalmente através da expansão de suas marcas nacionais.

Por fim, o impulso ao desenvolvimento tecnológico está alinhado a outro elemento do rebalanceamento econômico: a redução de investimentos em setores intensivos em recursos naturais. Esta preocupação advém dos desgastes ambientais promovidos durante a modernização do país, como poluição atmosférica, desmatamento, etc. A adoção de novas tecnologias traz vantagens para otimização da produtividade, diminuindo os impactos ambientais trazidos por atividades como agricultura e indústria (HIRATUKA, 2018).

4.3 IMPACTOS DO REBALANCEAMENTO ECONÔMICO NA INSERÇÃO EXTERNA CHINESA

A fase atual do rebalanceamento chinês, marcada pela transição no padrão de crescimento econômico, gera novas características à inserção externa chinesa. Pautasso (2019, p. 189) enfatiza as consequências da transição econômica para o comércio exterior e

²⁸ O termo 4ª Revolução Industrial foi introduzido em 2011, na Feira de Hannover, Alemanha, a partir do discurso da *chanceler* alemã Angela Merkel acerca de iniciativas do país em prol da incorporação da alta tecnologia na indústria nacional. Nesse contexto, “a indústria 4.0 está fortemente focada na melhoria contínua em termos de eficiência, segurança, produtividade das operações e especialmente no retorno do investimento. São várias as tecnologias e tendências facilitadoras disponíveis. São consideradas como os principais pilares da indústria inteligente: Internet das coisas e serviços (IoT e IoS); Sistemas Cyber-Physical e Big-Data” (COSTA, 2017, p. 8).

investimento da China, ao constatar que “o impacto sistêmico da China tem sido expressivo em diversas dimensões, ilustradas tanto pelo perfil de suas exportações quanto pela atuação de suas empresas em escala global”. Hiratuka (2018) sustenta um argumento similar:

[...] a transição para este novo padrão envolve mudanças intensas na projeção internacional da economia chinesa, onde a necessidade de reduzir a capacidade ociosa deve continuar a exercer efeitos importantes sobre o comércio exterior, porém com uma tendência desses fluxos no futuro estarem cada vez mais associados aos investimentos diretos e aos projetos de expansão de infraestrutura no exterior (HIRATUKA, 2018, p. 7-8).

Em sua formulação política, a China também reconhece a crescente interação entre sua estratégia de crescimento nacional com o exterior. De forma consciente e estratégica, o país articulou sua abertura externa de modo a participar dos fluxos comerciais e financeiros característicos da era da globalização econômica, extraindo vantagens financeiras, como o acúmulo de reservas internacionais, e absorvendo novas tecnologias para promover sua ascensão nas CGV. Sua posição como superpotência comercial e promotora do multilateralismo econômico também são fatores que moldam sua projeção internacional. Nesse contexto,

A China apresenta o conceito de Economia de Circulação Dual como um modelo econômico que toma por base o componente geográfico representado por dois campos: a economia doméstica e a economia internacional. Nesse sentido, a implementação desse modelo implica no rebalanceamento da matriz econômica chinesa, nela considerada suas interfaces externas. Trata-se, portanto, de uma estratégia que buscará a reconfiguração da riqueza produzida internamente no território chinês, bem como da relação da China com a riqueza produzida externamente (NOGUEIRA, 2020, n.p.).

De posse das características do rebalanceamento econômico em curso na China, a próxima seção apresentará quais os impactos deste para a inserção externa do país no século atual. Ressalta-se que a análise tem como foco os seguintes canais de integração da economia chinesa com o mundo: o comércio exterior e o IDE. Sobre o primeiro, foi verificado que os reflexos mais significativos da transição econômica chinesa se revelam através da demanda por commodities (agrícolas, energéticas e minerais) e do posicionamento da China como exportador de bens tecnológicos. A respeito do IDE, destaca-se a internacionalização das multinacionais chinesas, bem como o crescimento dos investimentos em infraestrutura e estruturas produtivas no exterior.

4.3.1 Demanda por commodities agrícolas, energéticas e minerais

A demanda chinesa por commodities agrícolas, energéticas e minerais associa-se com dois movimentos da economia chinesa no início do século XXI, ligados ao rebalanceamento

econômico e, conseqüentemente, às alterações na inserção externa do país. O primeiro é a preocupação com a segurança alimentar de sua numerosa população, com cerca de 1,4 bilhão de habitantes, segundo o Banco Mundial (2020). Somado a isso, Ferchen (2011) aponta que o aumento da demanda por commodities agrícolas, como a soja, é consequência do projeto chinês de expandir as proporções da suinocultura nacional. Em paralelo, o autor aponta para o fato da produção industrial ter limitado o número de terras disponíveis para a agricultura, dificultando o desenvolvimento desta atividade econômica.

O status da China como país de renda média, aliado à progressiva urbanização do espaço doméstico, gera novos comportamentos na demanda chinesa. Ademais, os esforços do governo em melhorar as condições de renda da população e impulsionar o consumo doméstico também modificam o comportamento dos consumidores chineses. De acordo com Vieira, Buainain e Figueiredo (2016), uma das tendências atuais é a maior demanda por alimentos, como carnes, frutas, alimentos industrializados, grãos, além de itens *premium* e *gourmet*.

Apesar da autossuficiência na maioria dos setores agrícolas, a previsão de crescimento deste segmento no país fica aquém das estimativas para sua demanda correspondente. Este novo padrão de consumo favorece as economias exportadoras destes itens, a exemplo do Brasil e Estados Unidos, principais produtores do ramo agrícola (HIRATUKA, 2018; NOGUEIRA, 2020).

É inquestionável o apetite chinês e a sua incapacidade de saciá-lo com base na produção doméstica. Um exemplo das implicações do apetite chinês para o mundo agrícola é a previsão de que a demanda por grãos da China passará das atuais 600 milhões de toneladas para 670 milhões em 2020 e 700 milhões em 2030, enquanto a produção interna deve ter um crescimento bem mais modesto, chegando a 568 milhões de toneladas em 2020 (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016, p. 69).

Referente ao segundo movimento, a elevada demanda chinesa por commodities também se origina da alocação de capital intensivo na consolidação da indústria de base a partir de 2002, setor que não recebia tamanho foco desde os anos maoístas. Isso exigiu do país um maior acesso a minerais, metais e fontes de energia, necessidade suprida por mercados abundantes nestes recursos, a exemplo da América Latina e África (FERCHEN, 2011). Segundo Nonnenberg (2010), de 2003 em diante, a China tem importado cada vez mais combustíveis e minerais em razão da oferta reduzida de fontes de energia no território nacional, principalmente de petróleo e seus derivados. Considerando as importações chinesas como um todo, o volume de insumos energéticos importado pelos chineses cresce em maior proporção do que produtos manufaturados a partir de 2005 (NONNENBERG, 2010).

Entre 1991 e 2006, enquanto a produção de energia, em todas as fontes, cresceu a 4,8% ao ano, o consumo cresceu a 5,9%. As importações de petróleo, que representavam apenas 6,6% do consumo em 1990, saltaram para 43,1% em 2000 e 55,8% em 2006. Com isso, a demanda de petróleo da China, que representava 5,6% da demanda global em 1999, pulou para 8,8% em 2007, constituindo parcela expressiva do aumento da demanda global de produto no período recente (NONNENBERG, 2010, p. 211).

Ferchen (2011) sustenta que a retomada de investimentos na indústria de base não foi planejada pelo governo central chinês; ela faz parte de uma resposta à crise financeira de 2008, período de retração da oferta desses insumos. As condições que incentivaram a maior produção associada ao uso intensivo de energia e capital, como de aço, cimento e químicos, podem ser classificadas a nível macro e microeconômico. Sobre o primeiro, verificou-se que a taxa de poupança das empresas, notadamente as estatais, estava levada no período pós-crise (FERCHEN, 2011). Em paralelo, o pacote de estímulos garantiu taxas de juros mais baixas, facilitando o acesso ao capital (FANG; YANG; MEIYAN, 2009). No aspecto microeconômico, Ferchen (2011) destaca que as políticas governamentais locais em prol da atração de investimentos possibilitavam lucros crescentes às firmas, a partir de subsídios referentes a terra, água e eletricidade.

Em paralelo, Damas (2014) aponta que, sobretudo na década de 90, uma das metas do governo chinês foi o incentivo à urbanização do país. Contudo, a predominância da população rural em relação à urbana só é revertida de 2011 em diante, conforme o documento *World Urbanization Prospects 2018*²⁹. De acordo com as estatísticas levantadas (e em conformidade com os dados oficiais do governo apresentados no *China Statistical Yearbook 2020*), entre 2011 e 2019, a proporção da população chinesa em áreas urbanas passou de 50,5% para 60,6%. Nesse contexto, o esforço governamental de comportar uma população desta magnitude nas áreas urbanas perpassa pela capacidade de obter recursos e insumos para a construção civil, seja recorrendo à produção doméstica ou a fornecedores estrangeiros.

Em 2006, a China alcançou o posto de maior produtor e exportador de aço do mundo, conforme Ferchen (2011). Além das vantagens acima mencionadas, outro fator que incentiva a produção deste item é a desvalorização cambial da moeda chinesa, que torna sua exportação mais competitiva no cenário internacional. Como consequência, mesmo com a supercapacidade na indústria doméstica de aço, a possibilidade de escoar o excedente para mercados externos faz com que a atividade permaneça financeiramente atrativa.

Todavia, em meados de 2010, o governo chinês tomou medidas no sentido de frear a produção interna de aço. Além dos riscos com bolhas especulativas no setor de imóveis e ações

²⁹ Relatório organizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU).

vinculadas à indústria pesada, a decisão de conter as atividades deste segmento está atrelada aos esforços do planejamento chinês em fortalecer o padrão de crescimento baseado no consumo interno (FERCHEN, 2011). Como a indústria siderúrgica possui alta dependência da demanda externa, ela é uma das principais afetadas em casos de crise no mercado internacional e redução das importações de economias industrializadas, a exemplo da Europa e América do Norte.

De forma específica, um insumo cuja produção doméstica é insuficiente é o minério de ferro. “Apesar da China ser o maior produtor mundial de minério de ferro, a demanda vem crescendo a um ritmo superior ao da oferta nos últimos anos, causando um forte aumento das suas importações” (NONNENBERG, 2010, p. 211). Desse modo, a matriz energética diversificada de regiões periféricas, a exemplo da América do Sul, faz destas parceiras relevantes no sentido de suprir a demanda chinesa. Entretanto, a retração no investimento estatal chinês a partir de 2010 gerou menores níveis de demanda deste e outros produtos, diminuindo a pressão altista que o país oriental causou no preço das commodities a partir de 2013 (SCHERER, 2015; HIRATUKA, 2018).

Na visão de Paulino e Pires (2016, p. 20), “o modelo de crescimento da China, mais centrado no consumo interno e menos no investimento em infraestrutura [a nível doméstico], implicará na redução do ritmo de crescimento de suas importações, sobretudo de commodities minerais”. Tal movimento afeta com maior intensidade as economias latino-americanas, principais fornecedores destes insumos ao mercado chinês. Apesar disso, o projeto de urbanização nacional implica em maior consumo de petróleo e seus derivados nos próximos anos, o que beneficia países como Venezuela, Equador e Brasil (CONTI; BLIKSTAD, 2018).

Em suma, é possível depreender que há uma expansão da demanda chinesa por itens agrícolas, à medida que sua população se torna mais urbanizada e adquire um nível de renda mais elevado, privilegiando países exportadores destes insumos. Por outro lado, em comparação às commodities agrícolas, as importações de commodities minerais e energéticas não crescem de forma significativa, tendo em vista os esforços em conter o volume de investimentos estatais – direcionados principalmente à indústria de base e infraestrutura – e, conseqüentemente, a necessidade de escoar os excedentes produzidos internamente. Scherer (2015) aponta que, no futuro próximo, tal necessidade está cada vez mais associada aos investimentos chineses em infraestrutura e o deslocamento de estruturas produtivas para fora do país, fenômeno aprofundado na seção 4.3.3.

4.3.2 Posicionamento como *global player* no setor tecnológico

Ainda no âmbito do comércio exterior, a transição econômica chinesa também acentua seu posicionamento como exportadora de bens tecnológicos de ponta. O propósito de consolidar sua liderança no mercado de inovações está materializado na política *Made In China 2025* (MIC 2025), que compõe o 13º Plano Quinquenal (HIRATUKA, 2018). De acordo com Pautasso (2019, p. 194), “o MIC 2025 se propõe a impulsionar a liderança da China nas redes globais de produção e inovação, conferindo eficiência e qualidade aos produtos nacionais”. Diferentemente do modelo reexportador de bens provenientes do entorno asiático, característico dos anos 1990, o planejamento chinês não busca apenas inovar no produto final, mas também incorporar a cadeia produtiva completa, produzindo boa parte dos componentes e serviços que agregam valor ao produto em seu próprio território.

Em 1992, pouco mais de 6% das exportações chinesas eram formados por bens de alto valor agregado (*high-technology*), chegando a mais de 25% em 2016 – enquanto os Estados Unidos, no mesmo período, viram despencar de 32,5% para 19,9% a participação dos bens com alto valor agregado na sua pauta de exportações (PAUTASSO, 2019, p. 190).

A pauta exportadora do país evoluiu em termos de participação de bens mais sofisticados e complexos do ponto de vista tecnológico. Segundo dados do Observatório de Complexidade Econômica (2021), os 5 principais itens exportados pela China em 2019 foram: equipamentos de transmissão (8,08% do total), computadores (5,48%), circuitos integrados (4,18%), peças de máquinas de escritório (3,21%) e telefones (2,13%). Com isso, a potência asiática realizou sua transição de exportadora de manufaturas de baixo valor agregado – sobretudo na década de 1990 – para um centro de referência em desenvolvimento de novas tecnologias e marcas próprias, atuando de forma competitiva nos mercados de máquinas e equipamentos elétricos, motores, construção civil, entre outros (OURIQUES, 2013; PAUTASSO, 2019).

O governo central articula seus investimentos em inovação tecnológica e P&D com intuito de fortalecer as marcas chinesas, reduzindo a dependência dos conhecimentos e tecnologias de posse estrangeira. Aliás, esta é uma das metas expressas no documento *Made in China 2025*, segundo Hiratuka (2018). Nesse sentido, o país desponta como líder em alguns setores, ligados à transmissão de energia elétrica de ultra alta voltagem e painéis solares, além da construção de ferrovias (SCHERER, 2015; NOGUEIRA, 2020). Aliado a isso, Scherer (2015, p. 44) destaca que “[...] o avanço tecnológico das empresas chinesas ocorrido nesse

século permite que se coloquem, no processo de internacionalização, como desafiantes das multinacionais já estabelecidas”.

Como foi mencionado no capítulo 3, as empresas chinesas ganham cada vez mais destaque no cenário internacional, com a popularização de marcas como Lenovo, de computadores; Xiaomi e Huawei, de celulares e eletrônicos, entre outras. Conforme Pautasso (2019), os grandes conglomerados e oligopólios chineses, conhecidos como “campeões nacionais”, por vezes são originados da fusão entre empresas estatais e privadas, movimento incentivado pelo próprio governo chinês. Ademais,

A atuação das empresas chinesas no âmbito global reflete a amplificação do poder do país oriental na esfera internacional. Tal fato pode ser bem ilustrado pela rápida expansão do número de suas multinacionais entre as grandes corporações do mundo. [...] trata-se de uma ascensão significativa de 18 empresas, em 2005, para 120 empresas, em 2018, listadas entre as 500 maiores, segundo a Fortune – enquanto nesse mesmo período os Estados Unidos passaram de 176 para 126 (PAUTASSO, 2019, p. 190).

A partir destas estratégias, a China busca consolidar seu posicionamento como exportadora de bens tecnológicos e inovações disruptivas. Como mencionado anteriormente, a modernização do setor de Ciência & Tecnologia é um dos objetivos principais das reformas iniciadas na era Deng. Durante este processo, foram criadas áreas e condições atrativas aos investimentos estrangeiros, a exemplo das ZEEs. Gradativamente, a nação conseguiu incorporar das novas tecnologias, métodos de gestão e conhecimentos estrangeiros. No período atual, é possível afirmar que o país alcançou um status de referência no desenvolvimento tecnológico, sendo capaz de produzir inovações de forma autônoma e se destacar diante da concorrência internacional. Buscando constantemente investir em P&D e suprir seus *gaps* tecnológicos, a China avança cada vez mais em direção à vanguarda da 4ª Revolução Industrial, um dos objetivos declarados da estratégia nacional.

4.3.3 A expansão dos IDEs e a internacionalização das firmas chinesas

O incentivo à internacionalização dos investimentos chineses está assentado em duas principais motivações: aprimorar a rentabilidade do capital investido e garantir demanda para a capacidade ociosa da indústria nacional (SCHERER, 2015; CINTRA; PINTO, 2017). Sobre a primeira, a busca da China em corrigir seus desequilíbrios externos e garantir um crescimento moderado a longo prazo gera a necessidade de deslocar a indústria intensiva em trabalho e recursos naturais para fora do território chinês, investindo de forma prioritária em setores mais

sustentáveis do ponto de vista financeiro e ambiental. Nessa linha, “os recentes compromissos ambientais de parte do país também irão impulsionar o deslocamento de parte da estrutura produtiva em direção ao exterior e o uso de energias renováveis” (SCHERER, 2015, p. 44-45).

Ainda em relação à primeira motivação, Nonnenberg (2010) destaca que o encarecimento da estrutura de custos na China levou o Estado a buscar investimentos mais rentáveis, direcionando capital para novos países e atividades que possibilitem maior retorno financeiro. De acordo com o documento *China Policy* (2017), fatores como o envelhecimento da população, aumentos salariais e a saturação do mercado imobiliário são incentivos para empresas direcionarem seu capital para outros países. “À medida que a China avança na cadeia de valor, e a consciência ambiental aumenta, muitas indústrias intensivas em capital e mão-de-obra – construção, manufatura e energia – estão deslocando a produção para o exterior” (CHINA POLICY, 2017, p. 5, tradução nossa).

Com relação à segunda motivação, existe a necessidade de diminuir a capacidade ociosa no país, decorrente da redução do papel dos investimentos estatais em absorver a superprodução nacional na indústria pesada, na construção civil, no setor de energia solar, entre outros (SCHERER, 2015; CINTRA; PINTO, 2017). Para tal, as firmas expandem seu capital através de IDEs e da construção de plantas industriais no exterior, criando uma nova fonte de demanda para tais indústrias. Somado a isso, tal expansão possibilita a ampliação de mercados para outros segmentos além dos tradicionais, tanto de manufaturas de baixo valor agregado como de bens tecnológicos, a exemplo da robótica (CHINA POLICY, 2017). Ademais,

As empresas chinesas, seja por meio de fusões e aquisições no exterior, seja por meio de implantação de novas unidades industriais no exterior, passarão a ter mais presença global para contornar as barreiras às exportações, garantir acesso a recursos naturais e rotas seguras de fornecimento, e também para criar oportunidades de emprego de mão-de-obra especializada sobressalente na China (PAULINO; PIRES, 2016, p. 20).

No período recente de transição econômica na China, o perfil dos seus IDEs está cada vez mais associado à atuação das “empresas privadas como investidores externos e à maior internacionalização de empresas no setor industrial” (SCHERER, 2015, p. 44). Os consideráveis ganhos de escala alcançados na produção de eletrônicos, automóveis, aço e alimentos, em conjunto com o incentivo estatal à expansão global das firmas chinesas – como flexibilização da burocracia –, estimulam o deslocamento produtivo em direção a novas regiões do planeta, ampliando a presença de multinacionais chinesas em todo o mundo, especialmente na Ásia.

Na dimensão econômica, trata-se de uma estratégia que modifica sobremaneira a atuação externa chinesa e que conforma uma mudança na inserção externa chinesa.

Até então as iniciativas prioritárias voltadas ao setor externo se destinavam a assegurar os fluxos de matérias-primas da África e da América Latina a partir da construção de infraestruturas voltadas a esse fim e aos investimentos diretos em terras nos setores extrativos minerais. Agora, a estratégia passa a ser a construção de infraestruturas capazes de viabilizar não apenas as exportações de matérias-primas, mas também a integração produtiva regional a partir da presença de empresas chinesas, inclusive na indústria. (SCHERER, 2015, p. 43).

O deslocamento das atividades produtivas baseadas na China, ligadas principalmente às indústrias intensivas em trabalho e recursos naturais, define uma nova lógica de localização da produção. A discussão dos capítulos 2 e 3 demonstrou como a financeirização da riqueza suscitou deslocamentos produtivos do centro em direção à periferia, sendo a economia chinesa uma das beneficiárias deste processo. O estabelecimento do gigante asiático como “fábrica do mundo” iniciado nos anos 1980, bem como sua influência na geografia da produção através da expansão global de suas empresas, demonstra o potencial da China em redefinir a DIT atual, desafiando a estrutura hierárquica vigente.

A partir da discussão do capítulo 3, foi visto que a China intensificou os estímulos à internacionalização de suas empresas a partir da estratégia *Going Global*, promulgada em 1999. Em 2013, os princípios norteadores desta política foram revisados, dando origem ao *Going Global 2.0*. O componente central da estratégia é o megaprojeto *One Belt, One Road* – também conhecido como *Belt and Road Initiative* (BRI) –, anunciado no final de 2013. Esta grandiosa obra de infraestrutura engloba a construção do Cinturão Econômico da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt*), interligando a China às regiões central e sul da Ásia, Oriente Médio e Europa, além da Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*), que conecta o país ao Sudeste Asiático, Oriente Médio, África e Europa.

De acordo com estatísticas oficiais, as empresas chinesas investiram US\$ 14,35 bilhões nas economias reais de 53 Estados da *Belt and Road Initiative* em 2016. Eles também assinaram 8.158 contratos de projeto no valor de US\$ 126,03 bilhões com 61 Estados da BRI, um aumento de 36% em relação a 2015 e representando 51,6% do valor total dos contratos estrangeiros. O apoio ao financiamento é feito em grande parte através do Fundo da Rota da Seda [*Silk Road Fund*], criado em dezembro de 2014, e, para projetos de infraestrutura, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura [AIIB, na sigla em inglês] (CHINA POLICY, 2017, p. 7, tradução nossa).

De acordo com Cintra e Pinto (2017), os cinturões rodoviário, ferroviário e marítimo ampliarão os fluxos de comércio, investimento e circulação de pessoas entre as nações integrantes do projeto. Dados oficiais afirmam que, atualmente, 148 países – que abrangem todos os continentes – e 32 organizações internacionais assinaram acordos de cooperação com a BRI (CHINA, 2022). Além deste megaprojeto, a China lidera a realização de outras obras de

infraestrutura em grande escala, como corredores econômicos, autoestradas, oleodutos, etc., principalmente com as nações do entorno asiático. Tais iniciativas em grandes proporções demonstram a ambição chinesa em firmar sua esfera de influência geopolítica na região, estabelecendo parcerias em prol da cooperação e desenvolvimento econômico, além de mecanismos multilaterais de crédito (CINTRA; PINTO, 2017).

Os investimentos na BRI e em projetos de infraestrutura em geral são vantajosos para a China por três razões distintas. A primeira delas é que a construção em grande escala de portos, estradas, ferrovias, canais marítimos, etc. gera uma enorme demanda por insumos energéticos e minerais. Desta forma, o país consegue distribuir seu excedente produtivo na indústria pesada para novos projetos, compensando o menor ritmo do mercado interno chinês com a redução do investimento estatal. Além disso, o fomento das relações comerciais e financeiras com as economias em desenvolvimento da Ásia gera novas oportunidades para as exportações chinesas a partir das melhorias na estabilidade política e econômica da região (HIRATUKA, 2018). Em terceiro lugar, há a possibilidade de reduzir a desigualdades espaciais inerentes ao território chinês, conectando áreas menos urbanizadas do Oeste com os mercados do entorno asiático (HIRATUKA, 2018; JABBOUR, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da China é marcante sobretudo na esfera econômica. Desde o início das reformas estruturais de 1978 até a atualidade, o país integrou-se de forma crescente com os mercados globais, consolidando seu status de superpotência comercial. O país foi protagonista no deslocamento do centro dinâmico da economia mundial para a Ásia e, mesmo com a crise financeira de 2008, manteve sua taxa de crescimento em patamares relativamente altos, ao passo que o Ocidente permaneceu estagnado e deixou de liderar o crescimento econômico global.

Tamanha performance em um cenário de desaceleração da economia mundial implicou a necessidade de corrigir desequilíbrios estruturais no país, o que suscitou a reformulação da projeção internacional chinesa. Consciente da relevância do gigante asiático para o campo das Relações Internacionais, o presente trabalho teve como objetivo geral explicar os impactos do rebalanceamento econômico chinês na inserção externa do país no século XXI. Para cumprir tal objetivo, foram elencados três objetivos específicos, cujos desenvolvimentos correspondem aos capítulos 2, 3 e 4, respectivamente.

O capítulo 2 dedicou-se a contextualizar o cenário mundial globalizado. Foi visto que financeirização da riqueza privilegiou a lógica especulativa dos investimentos mais voláteis, marcando a subordinação das decisões produtivas à esfera financeira. Nessa linha, houve um deslocamento das atividades produtivas em direção à periferia do sistema, protagonizado pelas multinacionais. A concorrência oligopolista implicou a busca por locais com menores estruturas de custo, visando maiores retornos aos acionistas. A globalização conforma uma nova DIT, em que o produto final tem sua produção fragmentada em cadeias de valor. Forma-se uma estrutura hierárquica: enquanto o centro detém os elos de maior valor agregado, marcados por inovações e tecnologia, a periferia concentra atividades primárias de menor valor. Com objetivo de redirecionar os IDEs e recuperar seu dinamismo, os Estados Unidos promovem a globalização ideológica. A partir disso, há uma bifurcação na trajetória das economias latinas, adeptas ao neoliberalismo, e das economias asiáticas, que conduziram sua estratégia de desenvolvimento de forma autônoma.

A apresentação do processo reformista chinês a partir de 1978 e da abertura gradual, desenvolvida no capítulo 3, revela uma trajetória singular de desenvolvimento. Através da abertura comercial e financeira ao exterior, a China conseguiu superar suas restrições internas e integrar-se à globalização econômica com sucesso, beneficiando-se dos deslocamentos produtivos em direção à periferia do sistema internacional. Desta forma, o país foi capaz de

promover a modernização de segmentos nacionais estratégicos e alcançar patamares de crescimento únicos na história mundial. De forma gradual e estratégica, a potência asiática promoveu sua inserção externa na economia-mundo capitalista sem perder uma de suas características centrais: o controle estatal firmado na autoridade do PCC.

A análise dos impactos do rebalanceamento econômico chinês na inserção externa do país, presente no capítulo 4, demonstra que a desaceleração causada pela crise financeira de 2008 na economia mundial aprofundou alguns desequilíbrios estruturais no país e refletiu no seu crescimento moderado. Nesse sentido, ocorre a transição para um crescimento liderado pelo consumo doméstico e pelas inovações tecnológicas, reduzindo a participação do investimento estatal e das exportações. Ademais, a melhoria nas condições de vida e a urbanização privilegiam o setor de serviços, principal empregador da mão-de-obra chinesa.

Os impactos do rebalanceamento para a inserção externa chinesa são evidenciados por dois canais: comércio exterior e IDE. Em primeiro lugar, verificou-se o aumento da demanda por commodities agrícolas em maior grau que os insumos energéticos e minerais, dada a superprodução da indústria pesada nacional. Outro impacto é o posicionamento da China como *global player* do setor tecnológico, de modo tornar-se detentora da tecnologia desenvolvida no território e assegurar sua liderança a frente da 4ª Revolução Industrial. Finalmente, o país promove a internacionalização de suas “campeãs nacionais”, ampliando seus investimentos externos em infraestrutura e plantas industriais mundo afora, principalmente no entorno asiático.

Por fim, a reconfiguração econômica e política da China também gera outros impactos nas demais frentes da inserção externa chinesa, os quais não foram abordados neste trabalho, mas que merecem atenção por parte dos estudiosos de Relações Internacionais. Sugere-se que futuras pesquisas investiguem as consequências para a esfera financeira, evidenciadas a partir dos esforços das autoridades chinesas em ampliar a circulação e relevância do *yuan renminbi*, no sistema financeiro internacional. Com a evolução do processo reformista chinês, também se faz necessária uma reavaliação constante dos estudos relacionados à China, com intuito de atualizá-los, contemplando as novas tendências no posicionamento externo desta potência em extraordinária ascensão.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. China e Brasil: Oportunidades e Desafios. *In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. (Orgs.). A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.* Brasília: IPEA, 2011. p. 307-350.
- AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. *In: VIEIRA, Rosângela de Lima. O Brasil, a China e os EUA: na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista.* Marília: Cultura Acadêmica, 2013. p. 135-171.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2007.
- BANCO MUNDIAL. **PIB, PPP (dólares internacionais atuais)**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.PP.CD>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BARTH, James; CAPRIO, Gerard; PHUMIWASANA, Triphon. The transformation of China from an emerging economy to a global powerhouse. *In: BARTH, R.; TATOM, J.A.; YAGO, G. (Ed.). China's emerging financial markets: challenges and opportunities.* Nova Iorque: The Milken Institute Series on Financial Innovation and Economic Growth, 2009.
- BIJIAN, Zheng. **China's peaceful rise: speeches of Zheng Bijian, 1997-2005.** Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2005.
- BISSIO, Beatriz. Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 9, n. 3, 2017.
- CAI, Fang; DU, Yang; WANG, Meiyan. Crise ou Oportunidade: resposta da China à crise financeira global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 1, n. 1, p. 97 - 119, dez. 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Tradução de Ruy Braga. **Les Temps Modernes**, v. 607, p. 7-28, 2000.
- CHINA. **China Statistical Yearbook 2020.** 2020. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2020/indexeh.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- CHINA. **Lista de países que assinaram documentos de cooperação com a China para construir conjuntamente o "Cinturão e Rota".** 2022. Disponível em: <https://www.yidaiyilu.gov.cn/xwzx/roll/77298.htm>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- CHINA. **Seeking Happiness for People: 70 Years of Progress on Human Rights in China.** 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/22/content_WS5d87752fc6d0bcf8c4c13d32.html. Acesso em: 18 fev. 2022.

CHINA POLICY. **China Going Global: between ambition and capacity**. 2017. Disponível em: <http://policycn.com/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CHU, Wan-wen. Market socialism, Chinese style: bringing development back into economic theory. **China Economic Journal**, v. 3, n. 3, p. 307-312, 2010.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 381-400, abr./jun. 2017.

CONTI, Bruno de; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. *In*: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (Orgs). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, p. 55-90, 2018.

COSTA, Cesar da. Indústria 4.0: O Futuro da Indústria Nacional. **POSGERE**, v. 1, n. 4, p. 5-14, set. 2017.

CUNHA, Guilherme Lopes da; APPEL, Tiago Nasser. Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia. **Revista Científica General José María Córdova**, v. 12, n. 13, p. 89-105, 2014.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: Impactos de curta ou longa duração? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-130, nov. 2011.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-25, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Conheça os BRICS**. 6º Fórum Acadêmico. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 21 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 20 fev. 2022.

JABBOUR, Elias. **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2019.

KARATASLI, Sahan Savas; KUMRAL, Sefika. Territorial Contradictions of the Rise of China: Geopolitics, Nationalism and Hegemony in Comparative-Historical Perspective. **Journal of World-System Research**, v. 23, p. 5-35, 2017.

LI, Xiaojun. **China's geoeconomic strategy: China as a trading superpower**. The London School of Economics and Political Science, 2012. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/44204/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LIPIETZ, Alain. A antiga divisão internacional do trabalho, ou que diabo o capitalismo foi fazer na periferia? *In*: LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

MAH, Luís. A emergência do modelo de desenvolvimento chinês. **Revista Relações Internacionais**, v. 38, p. 45-56, jun. 2013.

MANZI, Rafael Henrique Dias; VIOLA, Eduardo. A desaceleração da economia da China e a transição para um “novo normal” no século 21. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 5-27, 2020.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Revista Iberoamérica Social**, n.3, p. 95-108, 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; MORAIS, Isabela Nogueira de. Uma Abordagem Estruturalista das Desigualdades de Renda na China Contemporânea. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 3, p. 99-121, dez. 2011.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 69-98, 2015.

MORAES, Antônio Luiz Machado de. **Liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Texto para discussão 1126 - Dilemas do Desenvolvimento na China: Crescimento Acelerado e Disparidades Regionais (da Revolução Comunista à Globalização)**. 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4304. Acesso em: 18 fev. 2022.

NOGUEIRA, Alberto. **Economia de Circulação Dual chinesa: elementos para a sua interpretação**. NEBRICS UFRGS (Núcleo de Estudos do BRICS), 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/economia-de-circulacao-dual-chinesa-elementos-para-a-sua-interpretacao/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 201-218, abr./jun. 2010.

NONNENBERG, Marcelo Braga et al. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

NOZAKI, William Vella; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; MARTINS, Aline Regina Alves. A Ascensão Chinesa e a Nova Geopolítica e Geoeconomia das Relações Sino-russas. *In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. (Org.). A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. p. 195-233.

OBSERVATORY FOR ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Historical Data – Exports (China)**. 2021. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn?compareSelector=compare0&depthSelector1=HS2D> ept. Acesso em: 20 jan. 2021.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 3, p. 61-88, 2008.

OURIQUES, Helton Ricardo. O Ressurgimento da China e Suas Consequências para a América Latina e o Brasil. *In: VIEIRA, Rosângela de Lima. O Brasil, a China e os EUA: na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista*. Marília: Cultura Acadêmica, 2013. p. 81-108.

PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. As relações entre China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, jan./jul. 2016.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e poder global da China: a política Made In China 2025. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 183-198, jul./dez. 2019.

PIRES, Marcos Cordeiro; MATTOS, Thais Caroline Lacerda. Reflexões sobre a disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China na perspectiva do capitalismo histórico. **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.5. n.9, jan./jun. 2016.

SANTOS, Thauan et al. **A geografia dos acordos preferenciais de comércio dos BRICS**. PUC - BRICS Policy Center. Rio de Janeiro, fev. 2013.

SCHERER, André Luis Forti. A Nova Estratégia de Projeção Geoeconômica Chinesa e a Economia Brasileira. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n. 129, p. 35-51, jul./dez. 2015.

STURGEON, Timothy J. De cadenas de mercancías (commodities) a cadenas de valor: construcciones teóricas en una época de globalización. **Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 2, p. 11-38, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment Report 2020**. 2020. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2020>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov. 2011.

VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, edição especial, p. 201-224, 2014.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 51-81, dez. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern World-System as a Capitalist World-Economy**. Durham: Duke University Press, 2004.

WANG, Yueping; YAO, Yang. **Market Reforms, Technological Capabilities, and the Performance of Small Enterprises in China**. The World Bank Institute, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5158105_Market_Reforms_Technological_Capabilities_and_the_Performance_of_Small_Enterprises_in_China. Acesso em: 11 nov. 2021.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. *In*: WILLIAMSON, John (Ed.). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **World Trade Statistical Review 2020**. 2020. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2020_e/wts20_toc_e.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.